

Bruxelas, 2 de julho de 2026
(OR. en)

11471/26

CULT 92
AUDIO 92
SOC 477
SUSTDEV 57
SAN 568
EDUC 322

NOTA DE ENVIO

de:	Secretária-geral da Comissão Europeia, com a assinatura de Martine DEPREZ, diretora
data de receção:	2 de julho de 2026
para:	Thérèse BLANCHET, secretária-geral do Conselho da União Europeia
n.º doc. Com.:	COM(2026) 337 final
Assunto:	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES sobre o Plano de Trabalho da UE para a Cultura 2023-2026

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, o documento COM(2026) 337 final.

Anexo: COM(2026) 337 final



COMISSÃO
EUROPEIA

Bruxelas, 2.7.2026
COM(2026) 337 final

**RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO
COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES**

sobre o Plano de Trabalho da UE para a Cultura 2023-2026

Índice

1. INTRODUÇÃO	2
2. CONTEXTO	2
3. PLANO DE TRABALHO – PRINCIPAIS RESULTADOS DO INQUÉRITO	4
3.1. Opiniões gerais sobre o plano de trabalho.....	4
3.2. Observações sobre os métodos de trabalho	4
4. PANORÂMICA DO TRABALHO REALIZADO	5
4.1. Prioridade a) Artistas e profissionais da cultura: capacitar os setores cultural e criativo	5
4.2. Prioridade b) Cultura para as pessoas: reforçar a participação cultural e o papel da cultura na sociedade	11
4.3. Prioridade c) Cultura para o planeta: libertar o poder da cultura.....	15
4.4. Prioridade d) Cultura para parcerias cocriativas: reforçar a dimensão cultural das relações externas da UE	18
5. PERSPETIVAS PARA O FUTURO: O PRÓXIMO PLANO DE TRABALHO PARA A CULTURA.....	20
ANEXO.....	24

RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE O PLANO DE TRABALHO DA UE PARA A CULTURA 2023-2026

1. INTRODUÇÃO

A Resolução do Conselho sobre o Plano de Trabalho da UE para a Cultura 2023-2026¹ define as prioridades da cooperação política, executadas através da colaboração entre os Estados-Membros, a Comissão e as Presidências do Conselho. A resolução convida a Comissão a adotar, até junho de 2026, um relatório final sobre a execução, baseado nos contributos escritos apresentados pelos Estados-Membros a título voluntário.

A fim de contribuir para os debates no Conselho sobre o próximo plano de trabalho, o presente relatório avalia os progressos alcançados desde janeiro de 2023, destaca as principais realizações e identifica as prioridades futuras após 2026. Embora abrangente, não se debruça sobre as iniciativas da política cultural da UE não relacionadas com os temas do plano de trabalho.

Para elaborar o relatório, a Comissão realizou um inquérito específico junto dos Estados-Membros (que decorreu de 3 de fevereiro a 19 de março de 2026). Este processo consistiu na recolha de dados sobre a execução do plano de trabalho e o seu contributo para a elaboração de políticas a nível nacional, a adequação dos seus métodos de trabalho e as prioridades do próximo ciclo². Os resultados do inquérito são apresentados no anexo 1. A avaliação assenta também no trabalho da Comissão, nos intercâmbios regulares com as outras instituições da UE e no diálogo com os setores cultural e criativo.

2. CONTEXTO

Na última década, a ação política da UE no domínio da cultura tem sido orientada pelas agendas europeias para a cultura da Comissão³, pelo Quadro de ação europeu no domínio do património cultural⁴, pela comunicação conjunta intitulada «Para uma estratégia da UE no domínio das relações culturais internacionais»⁵ e, desde 2002, pelos planos de trabalho plurianuais do Conselho para a cultura.

O Plano de Trabalho da UE para a Cultura 2023-2026 foi elaborado em resposta a quatro grandes desenvolvimentos que tiveram um impacto significativo na paisagem cultural da Europa.

- *a pandemia de COVID-19*. Esta pandemia expôs vulnerabilidades estruturais nos setor cultural e criativo, destacando-se as condições de emprego precárias dos artistas, a proteção social inadequada e o fosso digital na participação cultural,
- *invasão ilegal em larga escala da Ucrânia pela Rússia*. Esta invasão ameaçou diretamente o património, os artistas e os profissionais da cultura ucranianos. De igual modo, utilizou a cultura como arma, pondo assim em causa os valores fundamentais da UE. Além disso, evidenciou o papel fundamental da cultura na resiliência da sociedade e na reconstrução pós-conflito. Sublinhou ainda a importância não só da luta contra o tráfico ilícito de bens culturais, mas também, de um modo mais geral, da cooperação cultural enquanto dimensão fundamental da solidariedade da UE,
- *a rápida transformação digital, acelerada pela IA generativa*. Esta transformação criou quer oportunidades para os setores cultural e criativo, quer desafios no que respeita à remuneração

¹ [Resolução do Conselho sobre o Plano de Trabalho da UE para a Cultura 2023-2026](#)

² As conclusões preliminares da análise do inquérito foram apresentadas ao Comité dos Assuntos Culturais, em 27 de março de 2026, em Bruxelas.

³ Comunicações da Comissão intituladas [«Agenda europeia para a cultura num mundo globalizado»](#) e [«Uma Nova Agenda para a Cultura»](#).

⁴ [Quadro de ação europeu no domínio do património cultural](#)

⁵ [Comunicação conjunta intitulada «Para uma estratégia da UE no domínio das relações culturais internacionais»](#)

dos criadores e à proteção da propriedade intelectual. Tem também implicações para a diversidade cultural e a facilidade de descoberta dos conteúdos europeus em linha,

- *a escalada da emergência climática e a crise energética*. Estas situações puseram a nu a vulnerabilidade dos setores cultural e criativo às ameaças ambientais, posicionando-os também como intervenientes estratégicos fundamentais na prossecução dos objetivos de sustentabilidade. Simultaneamente, a crise energética sublinhou a urgência da transição para práticas sustentáveis em todos os domínios, incluindo a cultura.

No contexto destes desafios, os setores cultural e criativo têm enfrentado pressões financeiras significativas. Estes problemas multifacetados exigiram uma mobilização de recursos sem precedentes, obrigando os setores a ajustar os modelos operacionais e a encontrar soluções inovadoras para reforçar a resiliência.

A partir de 2024, o Programa Europa Criativa foi mobilizado para dar resposta ao Plano de Trabalho da UE para a Cultura com os seus programas de trabalho anuais de apoio a iniciativas fundamentais. As prioridades do plano de trabalho foram integradas nos principais convites à apresentação de propostas, designadamente, o convite anual à apresentação de propostas no domínio da cooperação cultural e os convites dirigidos às redes europeias de organizações culturais e criativas e às plataformas europeias para artistas emergentes, que levaram à seleção de 39 redes e 19 plataformas para a execução de pacotes de trabalho e atividades com contributo direto para as prioridades do plano de trabalho.

A nível institucional da UE, o período pós-2024 foi marcado pelo início dos novos mandatos do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia. As orientações políticas da Comissão⁶ e a nova agenda estratégica do Conselho Europeu⁷ definem a orientação global da ação da UE, num contexto caracterizado por tensões geopolíticas mundiais acrescidas, ameaças crescentes aos valores democráticos, mercados cada vez mais voláteis – com repercussões na economia europeia – e a rápido ascensão da inteligência artificial. Estes quadros estratégicos colocam uma forte ênfase na democracia, na resiliência, na prosperidade, na competitividade, na segurança e no papel da UE a nível mundial.

Em resposta ao convite do Conselho e aos apelos do Parlamento Europeu e das partes interessadas, no primeiro ano do seu novo mandato, a Comissão apresentou um novo quadro estratégico da UE para a cultura, intitulado **Bússola da Cultura para a Europa**⁸ (novembro de 2025), que articula uma visão que coloca a cultura no centro da elaboração de políticas da UE e alinha a política cultural com as prioridades políticas mais vastas da UE. A Bússola contribui para a prosperidade dos setores cultural e criativo europeus, tanto na Europa como a nível mundial. Para o efeito, centra-se em domínios fundamentais como a liberdade artística, o acesso à cultura, as condições de trabalho nos setores cultural e criativo, a resiliência, a competitividade, a adaptação à IA e as relações culturais internacionais.

A Bússola da Cultura está em consonância com e é reforçada pela proposta da Comissão para um novo quadro financeiro plurianual, em particular pela proposta do programa AgoraEU, a par de outros instrumentos, como o Fundo Europeu de Competitividade, que sinalizam a intenção de aumentar o investimento da UE na cultura.

Do ponto de vista regulamentar, a histórica legislação em matéria digital adotada desde 2022, nomeadamente o Regulamento dos Serviços Digitais (RSD), o Regulamento dos Mercados Digitais (RMD) e o Regulamento IA, tem tido amplas implicações em todos os setores, incluindo a cultura. A diferentes níveis e dentro do respetivo âmbito de aplicação, estes atos jurídicos contribuem para a criação de um ambiente digital mais seguro, mais transparente e mais justo. Beneficiam igualmente as indústrias culturais e criativas e os direitos dos criadores.

⁶ [Orientações políticas 2024-2029 | Comissão Europeia](#)

⁷ [Agenda Estratégica 2024-2029](#)

⁸ [«Culture Compass for Europe - Culture and Creativity» \(Bússola da Cultura para a Europa - Cultura e criatividade\)](#)

A nível multilateral, a cultura ganhou destaque em fóruns como o G7⁹, o G20¹⁰ e a UNESCO¹¹, nos quais é reconhecida não só como uma prioridade importante por direito próprio mas também como um facilitador transversal da democracia, da coesão, da competitividade e da posição da Europa a nível mundial.

3. PLANO DE TRABALHO – PRINCIPAIS RESULTADOS DO INQUÉRITO

O Plano de Trabalho da UE para a Cultura 2023-2026 continuou a ser um instrumento fundamental de orientação da cooperação política entre os Estados-Membros ao nível da UE. Estabelece princípios orientadores, quatro prioridades gerais¹² e 21 ações temáticas. Foram concebidas várias ações para assegurar a coerência das políticas e a continuidade em relação ao plano de trabalho anterior (2019-2022). A avaliação que se segue baseia-se nas respostas dos Estados-Membros ao inquérito, nomeadamente às perguntas com classificação e às perguntas de resposta livre.

3.1. Opiniões gerais sobre o plano de trabalho

Os Estados-Membros¹³ avaliaram positivamente o plano de trabalho enquanto quadro estratégico e pertinente de orientação da cooperação cultural europeia. O maior consenso prendeu-se com as prioridades gerais do plano de trabalho¹², com uma clara maioria de inquiridos a concordar plenamente com a sua adequação. No que diz respeito aos 21 temas, embora os inquiridos concordassem, em grande medida, com a sua pertinência, muitos indicaram que poderiam ter sido aperfeiçoados.

A execução do plano de trabalho correspondeu, em grande medida, às expectativas dos Estados-Membros. Em termos de impacto das políticas, os inquiridos concordaram que o plano de trabalho contribuía para os domínios existentes de elaboração de políticas culturais a nível nacional e alargava as agendas políticas para incluir novos temas. As respostas qualitativas confirmaram que as realizações, como os relatórios sobre o método aberto de cooperação (MAC) e as atividades de aprendizagem interpares, apoiaram a elaboração de políticas baseadas em dados concretos, reforçaram a cooperação interministerial e serviram de base às estratégias nacionais, por exemplo, em domínios como a cultura, a saúde, a sustentabilidade e as condições de trabalho dos artistas.

O plano de trabalho contribuiu igualmente para reforçar o reconhecimento da cultura em todos os domínios de intervenção, tendo a grande maioria dos inquiridos concordado que reforçava o papel da cultura noutros setores. No entanto, em boa parte dos casos, a avaliação deste contributo teve uma concordância mais parcial do que total, refletindo os desafios correntes a superar para alcançar uma integração transetorial mais profunda.

Apesar destes resultados positivos, foram apontadas algumas limitações. Os Estados-Membros salientaram a tradução desigual das prioridades da UE em resultados concretos a nível nacional. Referiram problemas recorrentes, como a visibilidade e o seguimento limitados das ações, a ênfase insuficiente na execução e a necessidade de uma maior coerência entre os instrumentos. Várias respostas frisaram igualmente a importância de manter um plano de trabalho centrado em prioridades claras e com um valor acrescentado tangível.

3.2. Observações sobre os métodos de trabalho

Os instrumentos do plano de trabalho foram amplamente considerados adequados para contribuir para a elaboração de políticas, com os grupos MAC a receberem classificações particularmente elevadas e a destacarem-se como o instrumento de cooperação mais eficaz. As opiniões qualitativas salientaram o forte valor acrescentado dos grupos MAC na viabilização da aprendizagem interpares, no

⁹ [2024 Itália](#)

¹⁰ [2023 Índia](#), [2024 Brasil](#) e [2025 África do Sul](#)

¹¹ [Declaração MONDIACULT 2022](#) e [Documento Final MONDIACULT 2025](#)

¹² a) Artistas e profissionais da cultura: capacitar os setores cultural e criativo, b) Cultura para as pessoas: reforçar a participação cultural e o papel da cultura na sociedade, c) Cultura para o planeta: libertar o poder da cultura, d) Cultura para parcerias cocriativas: reforçar a dimensão cultural das relações externas da UE.

¹³ Responderam ao inquérito 26 Estados-Membros da UE.

intercâmbio de conhecimentos e no desenvolvimento de realizações relevantes no âmbito das políticas, criando simultaneamente redes de peritos duradouras em todos os Estados-Membros. Os grupos MAC foram considerados mais eficazes quando tinham mandatos claros, temas suficientemente orientados e realizações diretamente ligadas à execução e aos instrumentos políticos e de financiamento. Contudo, os inquiridos assinalaram desafios como os mandatos demasiado amplos, a elevada carga de trabalho pesada (incluindo os encargos administrativos) e as dificuldades em assegurar uma participação transetorial. Certos inquiridos deram também conta de incoerências na organização, nomeadamente o número desigual de reuniões e os atrasos na apresentação de realizações.

As atividades de aprendizagem interpares¹⁴ foram altamente valorizadas por proporcionarem abordagens práticas e transmissíveis e apoiarem a execução a nível nacional. De igual modo, os seminários foram alvo de elogios, embora a um nível ligeiramente inferior, dependendo a eficácia dos mesmos dos seus enfoque e seguimento.

Outros instrumentos foram objeto de avaliações menos consensuais. As reuniões de grupos de reflexão e os exercícios de balanço colheram menos apoio, sendo estes últimos frequentemente descritos como desproporcionalmente onerosos em relação ao seu valor acrescentado. Os grupos de peritos liderados pela Comissão foram, no geral, considerados positivos.

Em todos os métodos de trabalho, os Estados-Membros apelaram sistematicamente a melhorias no seguimento e na execução, nomeadamente ligações mais claras entre os debates e os resultados concretos, uma melhor divulgação dos resultados e realizações mais concisas e acessíveis. Os inquiridos manifestaram também um forte apoio à expansão dos formatos de participação híbrida e à garantia de recursos adequados para a participação. As atividades de aprendizagem interpares foram especificamente destacadas como um formato que poderia ter uma utilização mais ampla.

Em termos gerais, embora os métodos de trabalho sejam geralmente considerados pertinentes e úteis, a sua eficácia poderia ser reforçada com uma orientação mais específica, uma melhor coordenação e uma maior ênfase na tradução das realizações em resultados tangíveis ao nível das políticas.

4. PANORÂMICA DO TRABALHO REALIZADO

O presente capítulo descreve a execução do plano de trabalho no âmbito de cada prioridade e das suas 21 ações temáticas, avaliando os progressos e as principais realizações. Inclui igualmente exemplos de medidas conexas tomadas ao nível dos Estados-Membros. De um modo geral, as ações foram executadas conforme programadas, embora tenham sido necessários alguns ajustamentos devido ao elevado número de realizações previstas e tendo em conta o difícil contexto geopolítico e político.

4.1. Prioridade a) Artistas e profissionais da cultura: capacitar os setores cultural e criativo

1) Estatuto e condições de trabalho dos artistas e dos profissionais da cultura e da criação

As condições de trabalho dos artistas continuaram a ser uma prioridade firme na agenda da UE, tendo sido abordadas no Plano de Trabalho da UE para a Cultura, em debates ministeriais, no relatório de iniciativa do Parlamento Europeu¹⁵ e no trabalho de colaboração entre a Comissão e os Estados-Membros. Desde o final de 2025, este aspeto foi ainda reforçado pela Bússola da Cultura para a Europa.

A Comissão promoveu a criação de um grupo do método aberto de coordenação (MAC), composto por peritos dos ministérios da Cultura e do Emprego/Assuntos Sociais dos 27 Estados-Membros da UE. O grupo analisou uma série de temas pertinentes, nomeadamente o estatuto e a segurança social

¹⁴ Relativas às seguintes ações do plano de trabalho: «Cultura e promoção da democracia: para uma cidadania cultural na Europa», «Proteger o património contra catástrofes naturais e de origem humana» e «Preservar o património cultural e capacitar os setores cultural e criativo locais na Ucrânia».

¹⁵ [2022/2047\(INI\)](#)

dos artistas, as práticas leais, as competências e a aprendizagem ao longo da vida e a liberdade artística, tendo emitido os seus relatório e recomendações em julho de 2023¹⁶. Com base nas suas constatações, foi lançada a secção «This is How We Work» (É assim que trabalhamos) na plataforma CreativesUnite¹⁷, que disponibiliza informações factuais e dados comparativos sobre os quadros jurídicos dos Estados-Membros, nomeadamente em matéria de segurança social e relações laborais.

Uma das principais recomendações do grupo MAC foi no sentido de «criar um quadro da UE relativo às condições de trabalho dos artistas e dos profissionais da criação». Em novembro de 2023, o Parlamento Europeu adotou uma resolução legislativa de iniciativa apelando ao estabelecimento de um quadro deste tipo.

Em maio de 2024, a Presidência belga organizou um seminário sobre as condições de trabalho dos artistas, enquanto a Comissão organizou um seminário técnico com o grupo MAC. Entretanto, a Autoridade Europeia do Trabalho (AET) realizou um seminário sobre o trabalho não declarado no setor cultural e publicou um relatório¹⁸. O Comité dos Altos Responsáveis da Inspeção do Trabalho (CARIT) lançou uma investigação sobre os eventuais problemas relacionados com a execução da legislação da UE em matéria de saúde e segurança no trabalho (relatório adotado em novembro de 2025). Em junho de 2024, a rede MoveS financiada pela UE (centrada na livre circulação dos trabalhadores e na coordenação da segurança social) realizou um webinar sobre o tema «Mobilidade laboral e desafios para a segurança social dos artistas». Em outubro de 2024, a Comissão convocou uma reunião conjunta dos parceiros sociais dos setores do audiovisual e dos espetáculos ao vivo para identificar lacunas na aplicação das regras da UE no contexto da situação de emprego dos artistas e dos profissionais da cultura. Em novembro de 2024, os Diretores-Gerais das Relações de Trabalho (funcionários dos Estados-Membros responsáveis pelo direito do trabalho) debateram os desafios em matéria de aplicação do direito do trabalho, centrando-se no estatuto do artista e no intercâmbio de práticas nacionais.

Em maio de 2025, a Comissão organizou um seminário de aprendizagem mútua sobre a proteção social dos artistas e dos profissionais da cultura, que juntou os serviços de segurança social e os ministérios da cultura dos Estados-Membros, tendo posteriormente emitido um relatório¹⁹. No mesmo mês, o Conselho adotou conclusões sobre o apoio a jovens artistas e profissionais dos setores culturais e criativos em início de carreira²⁰, incidindo sobre as condições de trabalho precárias, as competências empresariais limitadas e a remuneração justa. As conclusões apelam à «[promoção de] condições adequadas para a situação social e profissional dos jovens artistas e profissionais dos setores culturais e criativos».

Em dezembro de 2025, em resposta à resolução do Parlamento Europeu, a Comissão organizou uma mesa-redonda de alto nível com as partes interessadas, dedicada às condições de trabalho dos artistas. Seguiu-se, em junho de 2026, em Bruxelas, uma conferência que abordou também as condições de trabalho dos artistas, organizada no âmbito do projeto «Creative FLIP»²¹, em cooperação com a Comissão.

¹⁶ [«The status and working conditions of artists and cultural and creative professionals» \(Estatuto e condições de trabalho dos artistas e dos profissionais da cultura e da criação\) – Serviço das Publicações da União Europeia](#)

¹⁷ <https://creativesunite.eu/work-condition/>

¹⁸ [«Creative sectors: ELA study reveals precarious working conditions and undeclared labour | European Labour Authority» \(Setores criativos: estudo da AET revela condições de trabalho precárias e trabalho não declarado | Autoridade Europeia do Trabalho\)](#)

¹⁹ [«Mutual learning on inclusive social protection for artists and creative workers – European Commission» \(Aprendizagem mútua sobre proteção social inclusiva dos artistas e dos trabalhadores criativos – Comissão Europeia\)](#)

²⁰ [Conclusões do Conselho sobre o apoio a jovens artistas e profissionais dos setores culturais e criativos em início de carreira](#)

²¹ [«Finance, Learning, Innovation & Intellectual Property Rights for the CCSI» \(Finanças, aprendizagem, inovação e direitos de propriedade intelectual para os setores e indústrias culturais e criativos\)](#)

A Bússola da Cultura mantém a dinâmica no âmbito desta prioridade, propondo a elaboração, em colaboração com os parceiros sociais e os setores cultural e criativo, de uma Carta dos Artistas da UE em 2027. A Carta deve «delinear princípios fundamentais, orientações e compromissos para assegurar condições de trabalho justas nestes setores e aumentar o cumprimento e a responsabilização, em especial por parte dos beneficiários do financiamento da UE para a cultura». A Comissão deu início aos preparativos em 2026.

Segundo o inquérito realizado junto dos Estados-Membros, as medidas nacionais aplicadas para melhorar as condições de trabalho dos artistas consistem em reformas jurídicas (por exemplo, projetos de legislação, alterações de atos jurídicos e novos regimes de proteção social ou de apoio económico) e instrumentos administrativos (por exemplo, um registo dos artistas ou o estatuto de criativos para os artistas por conta própria e profissionais independentes). Um exemplo digno de nota é o regime do «rendimento básico para as artes» instituído pela Irlanda, que passou a ser permanente.

2) Liberdade artística

O plano de trabalho reconhece a liberdade artística como um aspeto fundamental do trabalho cultural e umnexo crítico entre a cultura e a democracia. Presentemente, a liberdade artística enfrenta desafios novos e cada vez mais difíceis. O Conselho reconheceu a necessidade de esforços conjuntos em toda a UE.

Durante a Presidência sueca (primeiro semestre de 2023), estas prioridades foram apresentadas numa conferência de alto nível intitulada «Free to Create – European Union Conference on Artistic Freedom and Cultural and Creative Industries» (Liberdade para Criar – Conferência da União Europeia sobre a liberdade artística e as indústrias culturais e criativas) (realizada em 16 e 17 de fevereiro, em Umeå, Suécia) e nas conclusões do Conselho sobre artistas em risco e deslocados (adotadas em 16 de maio). A conferência da Presidência reuniu instituições da UE, sociedade civil e representantes do setor artístico para debater a liberdade de criação. Entre os temas principais estiveram a liberdade de expressão, a exclusão das artes, os artistas deslocados e os artistas em risco, bem como as condições necessárias para a prosperidade dos setores cultural e criativo. As conclusões do Conselho afirmaram o papel crucial dos artistas na vida, no desenvolvimento e na resiliência das sociedades e dos indivíduos e sublinharam a necessidade de proteger a criatividade contra ameaças ou violações que coloquem os artistas em perigo devido ao seu trabalho artístico. Além disso, as conclusões do Conselho propuseram várias medidas práticas, nomeadamente as «cidades de refúgio», as residências de emergência e a integração nas comunidades locais.

Há vários anos que a liberdade artística permanece no topo do trabalho do Conselho no domínio da cultura:

- durante a Presidência espanhola (segundo semestre de 2023), os ministros da Cultura da UE, reunidos informalmente, adotaram a Declaração de Cáceres²²,
- durante a Presidência belga (primeiro semestre de 2024), a conclusão do Regulamento Europeu relativo à Liberdade dos Meios de Comunicação Social²³, embora não fosse da competência do Conselho (Educação, Juventude, Cultura e Desporto) (EJCD), representou uma realização significativa com implicações para a liberdade de expressão,
- durante a Presidência húngara (segundo semestre de 2024), o Conselho adotou as conclusões sobre a melhoria e a promoção do acesso à cultura²⁴, incluindo disposições que contribuem para a proteção e a promoção da liberdade artística,
- durante a Presidência polaca (primeiro semestre de 2025), o Conselho adotou as conclusões sobre o apoio a jovens artistas e profissionais dos setores culturais e criativos em início de carreira²⁰,
- durante a Presidência dinamarquesa (segundo semestre de 2025), o Conselho adotou as conclusões sobre o papel estratégico da cultura, do património cultural e das obras audiovisuais na defesa dos valores europeus e da resiliência democrática²⁵.

²² [Declaração de Cáceres](#)

²³ [Regulamento \(UE\) 2024/1083](#)

²⁴ [Conclusões do Conselho sobre a melhoria e a promoção do acesso à cultura](#)

A Bússola da Cultura para a Europa adota uma abordagem baseada nos direitos e reconhece que a liberdade artística é fundamental para sociedades democráticas saudáveis e para uma Europa resiliente que protege os seus valores. No âmbito da Bússola, uma das principais ações emblemáticas consiste no anúncio de um novo relatório periódico sobre o estado da cultura na UE, dando uma atenção específica às experiências dos artistas no que respeita à liberdade artística. A Bússola apela igualmente a que se garanta a liberdade artística através dos atuais e futuros programas e políticas da UE, nomeadamente no futuro programa AgoraEU, no âmbito do próximo orçamento a longo prazo da UE. Os Estados-Membros e as instituições da UE são incentivados a assegurar que as suas políticas, quadros jurídicos e práticas administrativas apoiem a criação, a expressão e a circulação artísticas livres. Adotado no mesmo dia que a Bússola da Cultura, o Escudo Europeu da Democracia²⁶, visa proteger e promover a democracia e a resiliência da sociedade a longo prazo.

A nível nacional, de acordo com o inquérito, os Estados-Membros comunicaram iniciativas não legislativas como a principal forma de resposta, nomeadamente conferências, estratégias e garantias de liberdade de criação na programação pública ou no financiamento da cultura, bem como programas específicos, como o programa «Safe to Create» (Criar em Segurança) e o apoio a artistas em risco e deslocados nas cidades.

3) Estimular a transformação digital dos setores cultural e criativo

A transição digital continuou a ser outro tema central da cooperação no domínio da política cultural da UE. Durante a Presidência belga, uma conferência de dois dias, sobre o tema da transformação digital dos setores cultural e criativo, colocou especial ênfase no envolvimento dos públicos baseado em dados. Um dos principais resultados da conferência foi o Manifesto de Gante²⁷, que levou à criação do Fórum Europeu de Políticas para o Desenvolvimento de Públicos baseado em dados nos Setores Cultural e Criativo.

Em maio de 2025, o Conselho adotou conclusões²⁸ em que apelava à capacitação dos setores culturais e criativos através do desenvolvimento de públicos baseado em dados, ao reforço das competências, ao intercâmbio de informações e ao estabelecimento de um quadro estratégico de apoio.

A título de seguimento, o Fórum publicou, em março de 2026, um documento estratégico²⁹ dirigido à Comissão e aos Estados-Membros com recomendações para reforçar a literacia de dados em todos os setores culturais e criativos, desenvolver e aplicar métricas de audiências normalizadas e criar ferramentas para facilitar o envolvimento do público baseado em dados.

A Bússola da Cultura reforça esta prioridade propondo ações para melhorar a recolha e a análise de dados (polo de dados culturais, relatório sobre o estado da cultura), tirar partido das tecnologias digitais e da IA nos setores e indústrias culturais e criativos e continuar a desenvolver o espaço comum europeu de dados para o património cultural. No decorrer de reuniões formais e informais organizadas pelas presidências rotativas, vários debates entre os ministros da Cultura da UE centraram-se na transformação digital, em particular na IA. Destas reuniões destaca-se a reunião informal dos ministros da Cultura realizada em 1 e 2 de junho, em Nicósia, que se debruçou sobre temas como os direitos culturais, a criatividade e a IA.

No inquérito, como exemplos de medidas a nível nacional aplicadas durante o período do plano de trabalho, os Estados-Membros enumeraram sobretudo iniciativas de financiamento, com várias referências aos fundos do plano nacional de recuperação e resiliência, que apoiaram a transição digital e ecológica dos setores cultural e criativo. Um domínio proeminente foi a digitalização do património cultural³⁰.

²⁵ [Conclusões do Conselho sobre o papel estratégico da cultura, do património cultural e das obras audiovisuais na defesa dos valores europeus e da resiliência democrática](#)

²⁶ [JOIN\(2025\) 791 final](#)

²⁷ [Manifesto de Gante](#)

²⁸ [Conclusões do Conselho sobre a capacitação dos setores culturais e criativos através do desenvolvimento de públicos baseado em dados](#)

²⁹ [Naar datagedreven publieksontwikkeling in Europa | Departement Cultuur, Jeugd & Media](#)

³⁰ [Recovery and Resilience Scoreboard – Thematic Analysis – Culture and Creative Industries.pdf](#)

4) Estimular a transição ecológica dos setores cultural e criativo, com especial destaque para a crise energética

No primeiro semestre de 2023, a Presidência sueca realizou um exercício de balanço, no âmbito do Comité dos Assuntos Culturais (CAC), para avaliar o impacto da crise energética nos setores cultural e criativo. As conclusões foram resumidas numa nota da Presidência³¹. O exercício veio na sequência do aumento abrupto dos preços da energia, que teve, e continua a ter, implicações financeiras significativas para os setores cultural e criativo, alterando a estrutura de custos das suas atividades. A nota analisou o património cultural e o desempenho energético, debateu a Diretiva Desempenho Energético dos Edifícios (DDEE)³² e compilou exemplos de medidas de apoio da UE e dos Estados-Membros num espírito de partilha de conhecimentos e boas práticas. Em setembro de 2023, o diálogo estruturado «Voices of Culture» entre a Comissão e os setores culturais debateu a forma como estes setores impulsionam a transição ecológica, enfrentando ao mesmo tempo a crise energética³³.

Copresidido pela Irlanda (Ambiente) e por Itália (Cultura), o grupo MAC «Estimular a transição ecológica dos setores cultural e criativo, com especial destaque para a crise energética» iniciou os seus trabalhos em abril de 2024. O grupo reuniu 42 peritos de 22 Estados-Membros, provenientes dos ministérios da Cultura e do Clima ou Ambiente. Prosseguia um duplo objetivo: expandir as boas práticas e os instrumentos comprovados para apoiar os esforços de ecologização dos setores cultural e criativo, salientando o papel pouco reconhecido da cultura na mudança de mentalidade necessária para uma transição ecológica justa, inclusiva e equitativa. O trabalho dos peritos teve por base relatórios MAC e estudos da UE anteriores, conhecimentos especializados externos e dois inquéritos específicos, tendo culminado no relatório «Mudanças criativas: Capacitar a cultura para uma vida sustentável», anunciado na Mondiacult, em Barcelona (setembro de 2025), e publicado em dezembro de 2025³⁴.

O relatório mostra como os setores cultural e criativo estão já a ter impacto com a poupança de energia, a adaptação às alterações climáticas, as práticas circulares e a mobilidade sustentável. Inclui recomendações para melhorar a utilização dos instrumentos e dados existentes para a tomada de decisões informadas, expandir as boas práticas comprovadas, estimular a ação através de políticas específicas e de apoio institucional, reforçar a partilha de conhecimentos na Europa e integrar melhor a cultura nas estratégias climáticas nacionais e da UE. Os peritos do MAC prosseguem os esforços de divulgação a nível nacional para ajudar a garantir que as recomendações do relatório sirvam de base à ação política. A Bússola da Cultura para a Europa salienta a necessidade de abordar as alterações climáticas e a sustentabilidade ambiental através de vias criativas como um domínio de ação fundamental.

De acordo com os Estados-Membros, este MAC influenciou as prioridades estratégicas e de financiamento inspirando os regimes nacionais de financiamento de práticas sustentáveis dos setores cultural e criativo e contribuindo para o desenvolvimento de estratégias climáticas para as instituições e o património culturais, reforçando assim o papel da cultura na consecução dos objetivos ambientais.

5) Reforçar a dimensão cultural e criativa no setor europeu dos jogos de vídeo

O setor europeu dos jogos de vídeo mereceu um reconhecimento crescente pelo seu potencial cultural e económico, o que levou a esforços específicos ao nível da UE. Em 2024, a Comissão organizou quatro mesas-redondas para explorar i) a relevância económica e cultural dos jogos, dentro e fora do setor dos jogos, ii) as lacunas de competências e inovação do setor, iii) as necessidades de investimento e o financiamento disponível e iv) as políticas ou práticas a nível nacional e regional e a aprendizagem interpares. Contando com mais de 50 participantes provenientes das administrações dos Estados-Membros, do meio académico e das empresas, os debates frisaram a necessidade de continuar a reconhecer o valor cultural e económico dos jogos de vídeo, melhorar o desenvolvimento de

³¹ [«Stocktaking on the energy crisis – Final Presidency note 8649/23» \(Balanço da crise energética – Nota final da Presidência 8649/23\)](#)

³² [Diretiva UE/2024/1275](#)

³³ [«Voices of culture brainstorming report: Culture and creative sectors and industries driving green transition and facing the energy crisis» \(Relatório de reflexão «Voices of culture»: Setores e indústrias culturais e criativos impulsionam a transição ecológica e enfrentam a crise energética\)](#)

³⁴ [«Creative shifts» \(Mudanças Criativas\) – Serviço das Publicações da União Europeia](#)

competências, aumentar as oportunidades de inovação tecnológica e reforçar as colaborações público-privadas. Este processo ajudou a Comissão a identificar as principais partes interessadas nos Estados-Membros, conduzindo a consultas subsequentes relevantes para o setor. Além disso, serviu de base ao principal estudo de mercado da Comissão sobre os jogos de vídeo³⁵ e forneceu informações úteis sobre as necessidades do setor em termos de políticas.

Em novembro de 2023, os ministros da Cultura adotaram as conclusões do Conselho³⁶, acordando em reforçar a dimensão cultural e criativa do setor dos jogos de vídeo na Europa e reconhecendo o seu potencial para transmitir conteúdos culturais e a riqueza da criação, do património e da história europeus.

Entre os exemplos de medidas tomadas pelos Estados-Membros para impulsionar o setor dos jogos de vídeo estão créditos fiscais concedidos a projetos de jogos de vídeo e regimes de financiamento. Alguns exemplos destas medidas dizem respeito a projetos de promoção do património cultural (museus, sítios) e à colaboração intersectorial entre criadores, designers e artistas tradicionais. Os exemplos não relacionados com o financiamento incluem a apresentação de relatórios parlamentares sobre a política em matéria de jogos de vídeo e o diálogo com representantes do setor.

6) *Balanço sobre a aplicação das conclusões do Conselho sobre a recuperação, a resiliência e a sustentabilidade dos setores culturais e criativos*

Em maio de 2021, um ano após o surto da pandemia de COVID-19, durante a Presidência portuguesa, o Conselho aprovou conclusões em matéria de recuperação, resiliência e sustentabilidade dos setores culturais e criativos, sublinhando a necessidade de tomar medidas para os apoiar em tempos de crise e não só. Posteriormente, as Presidências sueca e espanhola procederam ao balanço da aplicação destas conclusões com uma troca de pontos de vista entre os Estados-Membros e a Comissão, na reunião do Comité dos Assuntos Culturais do Conselho de março de 2023, e contributos escritos em resposta a perguntas colocadas pela Presidência.

Durante a crise, subvenções adaptadas apoiaram eventos em direto, projetos digitais e trabalhadores independentes em toda a Europa. Paralelamente, a racionalização dos processos, sob a forma de auxílios a fundo perdido, portais de candidatura digitais e redução dos requisitos de documentação, tornou o financiamento mais acessível. A título de exemplo, o Programa Europa Criativa foi contemplado com um aumento de 67 % do financiamento, que passou de 1,46 mil milhões de EUR no período de 2014-2020 para 2,44 mil milhões de EUR no período de 2021-2027, para reforçar os esforços de recuperação. Várias iniciativas nacionais reforçaram a resiliência com estatutos dos artistas destinados a melhorar a proteção dos trabalhadores independentes, os subsídios de desemprego, as isenções fiscais e as moratórias de contribuições para a segurança social. A mobilidade foi igualmente facilitada através da simplificação dos procedimentos de viagens transfronteiriças e de orientações em matéria fiscal. Foi igualmente apoiada ou incentivada a transmissão digital em contínuo de eventos.

Os Estados-Membros apoiaram as transições digital e ecológica, bem como a resiliência dos setores cultural e criativo, recorrendo ao Mecanismo de Recuperação e Resiliência. As principais medidas adotadas consistem em reformas, por exemplo, do estatuto dos artistas, em investimentos na modernização tecnológica de teatros, arquivos museológicos e outros operadores culturais, e no apoio à digitalização do património cultural, a renovações destinadas a melhorar a eficiência energética em edifícios culturais, a práticas ecológicas e ao reforço de capacidades. Além disso, vários Estados-Membros planearam ações inovadoras para tirar partido do poder da cultura em prol da coesão social e do bem-estar³⁷. Instrumentos como o guia de financiamento CultureEU da Comissão³⁸ melhoraram a transparência e a acessibilidade ao financiamento da UE. A Comissão reforçou a mobilidade através

³⁵ [«The European media industry outlook» \(Perspetivas do setor europeu dos meios de comunicação social\) – Serviço das Publicações da União Europeia](#)

³⁶ [Conclusões do Conselho sobre o reforço da dimensão cultural e criativa do setor europeu dos jogos de vídeo](#)

³⁷ [«Recovery and Resilience Facility Thematic analysis: Culture and Creative Industries» \(Análise temática do Mecanismo de Recuperação e Resiliência: indústrias culturais e criativas\)](#)

³⁸ [«Discover funding opportunities for the Cultural and Creative Sectors – Culture and Creativity» \(Descubra oportunidades de financiamento para os setores cultural e criativo – Cultura e criatividade\)](#)

do programa A Cultura Move a Europa³⁹ e partilhou oportunidades por meio de plataformas como a CreativesUnite.

7) Balanço sobre a aplicação das conclusões do Conselho sobre reforço dos intercâmbios interculturais através da mobilidade dos artistas e dos profissionais da cultura e da criação, e através do multilinguismo na era digital

A fim de fazer o balanço da aplicação destas conclusões do Conselho nos Estados-Membros e ao nível da UE, a Presidência polaca lançou inquéritos em linha para recolher informações sobre as medidas relevantes tomadas desde 2022.

Praticamente todos os Estados-Membros declararam dispor de regimes nacionais, como residências, subvenções para viagens e bolsas de estudo, com o objetivo de promover colaborações a nível mundial nos domínios das artes, da música e da literatura. Ao nível da UE, graças aos seus contínuos e acessíveis convites à apresentação de propostas e à ênfase nos talentos emergentes, o programa A Cultura Move a Europa (financiado no âmbito do Programa Europa Criativa) tornou-se uma das principais opções de mobilidade para os artistas. Os Estados-Membros e a Comissão continuam a promover a mobilidade através de eventos inter pares e dos centros de informação Europa Criativa. Porém, subsistem desafios, nomeadamente a falta de sensibilização, a fragmentação da informação, os obstáculos económicos, a complexidade dos vistos, os obstáculos administrativos e as lacunas linguísticas, todos eles a necessitar de soluções adaptadas. O documento de balanço apela ao aprofundamento das sinergias entre os programas Erasmus+ e Europa Criativa, bem como a esforços no sentido de reforçar o multilinguismo através da educação, de ferramentas baseadas na IA, como o serviço eTranslation, e da proteção das línguas minoritárias, a fim de combater os fossos digitais.

4.2. Prioridade b) Cultura para as pessoas: reforçar a participação cultural e o papel da cultura na sociedade

8) Cultura e promoção da democracia: para uma cidadania cultural na Europa

Para concretizar esta ação, a Comissão lançou o projeto «Estudo e aprendizagem inter pares sobre cultura e democracia». Este estudo explora como podem as escolas, os artistas e as organizações culturais colaborar, através de artes participativas e atividades culturais, para reforçar a participação democrática e cívica dos jovens.

Executado por um consórcio de contratantes desde junho de 2025, o projeto de 27 meses prossegue dois objetivos principais: em primeiro lugar, recolher os conhecimentos existentes sobre colaborações eficazes entre a escola e a cultura a nível nacional, regional e local, identificando formas práticas de apoiá-las enquanto instrumentos estratégicos; em segundo lugar, partilhar estes conhecimentos e exemplos de boas práticas com decisores políticos, educadores, profissionais da criação e outras partes interessadas importantes, contribuindo para a definição de políticas e práticas à escala da UE. As prestações incluirão um estudo com as principais lições a retirar para efeitos de políticas e práticas e um compêndio de boas práticas, previsto para meados de 2026, seguido de quatro seminários de aprendizagem inter pares (até 2027) para decisores políticos nos domínios da cultura e da educação. Os trabalhos ficarão concluídos com um manual para profissionais, com orientações concretas sobre como estabelecer e gerir essas colaborações, e uma conferência final.

Durante a Presidência dinamarquesa, o Conselho adotou as já referidas conclusões⁴⁰ que estabelecem um quadro abrangente para a proteção e promoção dos valores europeus e da resiliência democrática através da cultura e do património cultural, em particular num contexto de desafios geopolíticos.

Em toda a UE, a cultura e a democracia continuaram a constituir uma prioridade geral, com os Estados-Membros a aplicarem diversas medidas, como a colaboração interministerial para o estabelecimento de sinergias estruturais entre as escolas e as instituições culturais. As estratégias culturais nacionais integram cada vez mais o tema, ao passo que as instituições de referência estão a

³⁹ [«Culture Moves Europe – Culture and Creativity» \(A Cultura Move a Europa – Cultura e criatividade\)](#)

⁴⁰ [Conclusões do Conselho sobre o papel estratégico da cultura, do património cultural e das obras audiovisuais na defesa dos valores europeus e da resiliência democrática](#)

reposicionar as suas missões para promover o discurso democrático. Estes esforços são ainda complementados por iniciativas de sensibilização.

9) Cultura e saúde

As provas e o reconhecimento crescentes do papel da cultura na melhoria da saúde e do bem-estar levaram a que, ao nível da UE, fosse dada uma maior atenção a esta colaboração intersectorial fundamental.

Em fevereiro de 2024, iniciaram-se os trabalhos do grupo do método aberto de coordenação para a cultura e a saúde, que incluía representantes dos ministérios da Cultura e da Saúde e de ONG de quase todos os Estados-Membros da UE, bem como peritos externos, incluindo a OMS. Incumbido de se debruçar sobre dados internacionais sólidos, o grupo analisou de que forma a participação em atividades culturais e criativas contribui para melhores resultados em matéria de saúde e para um melhor bem-estar a nível individual, comunitário e social, designadamente em termos de promoção da saúde, prevenção de doenças, gestão e tratamento de problemas de saúde (física e mental) e inclusão e coesão sociais.

Este trabalho obteve um apoio renovado no final de 2024, quando o Conselho, sob a Presidência húngara, adotou conclusões sobre o acesso à cultura⁴¹, reconhecendo em simultâneo a importância da participação cultural para a saúde e o bem-estar das pessoas. Além disso, as conclusões do Conselho, de junho de 2025, sobre a promoção e a proteção da saúde mental das crianças e dos adolescentes na era digital⁴² sublinharam a importância da participação cultural, das bibliotecas e dos polos culturais na promoção de um estilo de vida saudável e na oferta de alternativas ao tempo passado ao ecrã.

O relatório do grupo MAC intitulado «Cultura e Saúde: tempo de agir»⁴³, foi lançado pelo comissário Glenn Micallef e por Ernest Urtasun, ministro da Cultura espanhol, na Mondiacult, em 29 de setembro de 2025, em Barcelona. Formula recomendações políticas dirigidas aos decisores a nível europeu, nacional, regional e local, bem como às organizações culturais. Perspetiva um futuro em que todas as pessoas na Europa tenham acesso à participação cultural e criativa como parte intrínseca da sua história clínica, conduzindo a melhores resultados em matéria de saúde e bem-estar e a uma melhor qualidade de vida para todos.

As constatações do relatório destacam vários desafios globais e setoriais – que abrangem a saúde, a cultura e a intersecção das mesmas – e identificam 21 oportunidades de colaboração intersectorial. As constatações são ilustradas por um grande número de boas práticas de todos os Estados-Membros, bem como pela cooperação europeia transfronteiriça. Os resultados do MAC foram amplamente utilizados e serviram de base factual para integrar a cultura nas políticas de saúde, contribuindo para legitimar o papel da cultura no bem-estar e na prevenção. Tal integração produziu resultados concretos, como o desenvolvimento de programas artísticos no domínio da saúde (incluindo a prescrição cultural e iniciativas hospitalares) e o reforço da cooperação entre os ministérios da Cultura e da Saúde, e levou à inclusão da cultura nas estratégias nacionais de saúde mental. O tema colheu mais apoio político dos ministros da Cultura e da Saúde e dos secretários de Estado que participaram nas reuniões do MAC e no lançamento do relatório do MAC em vários países.

A cultura para a saúde e o bem-estar continua a ser uma prioridade no âmbito da Bússola da Cultura. A Comissão, com o apoio de peritos e dos pontos de contacto nacionais, elaborará orientações da UE em matéria de cultura, saúde e bem-estar até 2028.

10) Construção de pontes: reforçar os múltiplos papéis das bibliotecas como vias de acesso e transmissoras de obras culturais, competências e valores europeus

Em 2023, um grupo MAC foi incumbido de analisar como reforçar e promover os múltiplos papéis das bibliotecas públicas e de compreender e documentar melhor as funções culturais, sociais e democráticas das bibliotecas na sociedade. Os trabalhos tiveram início em fevereiro de 2024, reunindo 36 peritos de 25 Estados-Membros da UE e contando com contributos de países terceiros,

⁴¹ [Conclusões do Conselho sobre a melhoria e a promoção do acesso à cultura](#)

⁴² [Conclusões do Conselho, de junho de 2025, sobre a promoção e a proteção da saúde mental das crianças e dos adolescentes na era digital](#)

⁴³ [«Culture and health» \(Cultura e saúde\) – Serviço das Publicações da União Europeia](#)

nomeadamente a Noruega, Turquia, Islândia, Geórgia, Moldávia, Suíça, Ucrânia e Reino Unido. Para o final de outubro de 2026, está prevista uma conferência final da Presidência, organizada pela Irlanda.

O relatório resultante destes trabalhos (com publicação prevista para meados de 2026) visa estimular um debate à escala europeia sobre uma melhor mobilização do potencial das bibliotecas para responder aos desafios sociais. Estabelece pontes entre os decisores políticos e os profissionais da biblioteca e fornece orientações sobre a promoção da inovação, a expansão dos serviços e o reforço do contributo das bibliotecas para os valores europeus e os objetivos sociais. Apresenta exemplos de boas práticas de bibliotecas que propõem soluções locais para dez desafios sociais, adotando uma abordagem integrada alinhada com as estratégias a nível europeu, nacional e regional. Entre as suas recomendações, o relatório identifica seis facilitadores de alto nível para preparar as bibliotecas públicas para o futuro e amplificar o seu impacto. Este grupo MAC contribuiu para reforçar o reconhecimento das bibliotecas como infraestruturas sociais e democráticas fundamentais.

Em 14 e 15 de outubro de 2024, a Hungria organizou uma conferência da Presidência intitulada «ReAlmaging public collections in the 21st century in light of technology developments» (Repensar as coleções públicas no século XXI com a IA e à luz da evolução tecnológica), que explorou temas importantes, nomeadamente o papel da digitalização e das inovações tecnológicas na transformação das coleções públicas. A nível nacional, segundo o inquérito levado a cabo para preparar o caminho para o presente relatório, os Estados-Membros trabalharam na legislação relativa às bibliotecas nacionais ou em alterações que alargam as funções das bibliotecas. Medidas de financiamento específicas, como o apoio ao abrigo dos planos de recuperação e resiliência e dos fundos da política de coesão (nomeadamente ao abrigo do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), centraram-se em investimentos que abrangem a modernização das redes de bibliotecas públicas enquanto polos culturais e espaços públicos inclusivos, bem como programas destinados ao público jovem e à descoberta do património.

Conforme salientado no relatório «O papel multifacetado das bibliotecas públicas», vários programas da UE apoiaram projetos relevantes⁴⁴.

11) Proteção das crianças e dos jovens contra conteúdos nocivos nas plataformas digitais

O Regulamento dos Serviços Digitais (RSD)⁴⁵ visa criar um espaço digital mais seguro para todos os utilizadores e coloca no seu cerne a proteção dos menores em linha, exigindo às plataformas que assegurem um elevado nível de privacidade, segurança e proteção dos menores nos seus serviços. Entre 2023 e 2026, a Comissão apoiou a aplicação do RSD através de vários seminários e mesas-redondas, nomeadamente i) um evento de um dia com as partes interessadas do RSD (junho de 2023), com vários seminários sobre a proteção de menores, destinado a debater as prioridades de execução antes da plena aplicação do RSD (a partir de fevereiro de 2024), ii) um seminário temático com as partes interessadas sobre avaliações de riscos de plataformas em linha de muito grande dimensão (abril de 2025), iii) dois seminários de consulta sobre a elaboração das orientações relativas à proteção de menores nos termos do artigo 28.º do RSD (outubro de 2024 e junho de 2025) e sobre as observações transmitidas por grupos-alvo com crianças em sete Estados-Membros, com o apoio dos Centros Internet Segura, iv) mesas-redondas regulares em linha com organizações da sociedade civil (2024-2026) para aumentar a sensibilização para o RSD e trocas de pontos de vista sobre a evolução da investigação e da análise de riscos a nível nacional e local e v) várias atividades anuais no âmbito da Estratégia para uma Internet Melhor para as Crianças (BIK+)⁴⁶, com enfoque no RSD.

A Diretiva Serviços de Comunicação Social Audiovisual (DSCSA)⁴⁷ estabelece obrigações setoriais específicas para as plataformas de partilha de vídeos, a fim de proteger os menores de conteúdos audiovisuais nocivos. A avaliação em curso e a próxima revisão da DSCSA, até ao terceiro trimestre de 2026, aferirão se as atuais regras relativas à proteção de menores são adequadas à sua finalidade,

⁴⁴ Programas como o Europa Criativa, o Horizonte Europa, o Erasmus+ ou o Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI); «[The multifaceted role of public libraries](#)» (O papel multifacetado das bibliotecas públicas) – Serviço das Publicações da União Europeia

⁴⁵ [Regulamento \(UE\) 2022/2065](#)

⁴⁶ [Estratégia para uma Internet Melhor para as Crianças \(BIK+\)](#)

⁴⁷ [Diretiva \(UE\) 2018/1808](#)

em especial no ambiente em linha, e colmatarão potenciais lacunas. No âmbito deste processo, foram organizados um convite à apresentação de contributos e uma consulta pública, bem como reuniões com as partes interessadas, igualmente sobre essas regras de proteção de menores ao abrigo da referida diretiva.

A estratégia BIK+ e a rede de Centros Internet Segura nos Estados-Membros continuam a desempenhar um papel fundamental no aconselhamento em matéria de segurança das crianças, educação e participação dos jovens. Em 2025, reunindo mais de 800 pessoas de mais de 65 países, o fórum anual «Para uma Internet mais Segura» da Comissão, liderado por jovens, centrou-se no tema «Proteção e capacitação dos jovens na era digital». Todos os meses, em fevereiro, assinala-se o «Dia da Internet Mais Segura», com atividades realizadas em todo o mundo sob o lema «Juntos por uma Internet melhor». O Plano de Ação da UE contra a Ciberintimidação de 2026⁴⁸ foi definido por consultas com mais de 400 partes interessadas e pelas opiniões recolhidas junto de 6 300 crianças. A fim de coordenar os esforços ao nível da UE, a rede de Centros Internet Segura, que, juntamente com a plataforma Internet Melhor para as Crianças, chegava, em 2025, a mais de 46 milhões de pessoas dentro e fora da Europa, organizou a partilha regular de boas práticas. Vários Estados-Membros financiaram projetos sobre a segurança da Internet e a literacia mediática.

12) Facilidade de descoberta de conteúdos culturais europeus diversificados no ambiente digital

O plano de trabalho sublinhou a necessidade de reforçar a facilidade de descoberta de conteúdos culturais europeus diversificados em linha, o que levou a Comissão a encomendar um estudo para melhor compreender este tema complexo e cada vez mais pertinente.

Publicado em 8 de abril de 2026⁴⁹ e centrado sobretudo na música e nos livros, o estudo identifica oportunidades decorrentes da digitalização, como o aumento da democratização da cultura e do acesso à mesma. Destaca também os desafios globais que as obras europeias enfrentam para chegar a públicos além-fronteiras, como os silos linguísticos, as lacunas em termos de tradução, a opacidade algorítmica e a posição dominante das plataformas. Outros fatores com influência na diversidade são as distorções algorítmicas, as limitações de dados, as desigualdades na promoção e curadoria, as lacunas em termos de capacidade e a literacia digital, agravadas pelo aumento dos conteúdos gerados por IA. O estudo conclui que são necessários esforços concertados para aproveitar plenamente as oportunidades oferecidas pela digitalização, corrigir os desequilíbrios estruturais identificados e tirar partido da tecnologia para aumentar a facilidade de descoberta das obras europeias.

As recomendações, dirigidas aos setores culturais, às plataformas digitais e aos decisores políticos a nível nacional e da UE, incidem sobre seis domínios de ação estratégicos: i) promoção da colaboração e governação para uma facilidade de descoberta equitativa, ii) reforço da colaboração e do conhecimento em matéria de dados, iii) reforço das capacidades e ferramentas digitais dos criadores e das organizações culturais, iv) medidas centradas nos públicos, (v) aceleração da investigação e inovação em matéria de facilidade de descoberta e vi) reforço da oferta de conteúdos europeus: financiamento, curadoria, proeminência e transparência. O estudo foi apresentado numa conferência específica com as partes interessadas e os representantes dos Estados-Membros, realizada em 20 de abril de 2026, em Bruxelas.

Na sequência da publicação do estudo, a Comissão comprometeu-se a continuar a apoiar os investimentos na facilidade de descoberta de conteúdos culturais diversificados criados na Europa, a fim de promover o seu consumo dentro e fora da UE, tal como previsto na Bússola da Cultura.

⁴⁸ [COM\(2026\) 71 final](#)

⁴⁹ [«Study on the discoverability of diverse European cultural content in the digital environment» \(Estudo sobre a facilidade de descoberta de conteúdos culturais europeus diversificados no ambiente digital\) – Serviço das Publicações da União Europeia](#)

4.3. Prioridade c) Cultura para o planeta: libertar o poder da cultura

13) Estatísticas culturais – reforçar a resiliência na cultura e através da cultura

Em 2023, o Eurostat criou um grupo de missão, com representantes dos institutos de estatística dos Estados-Membros da UE e membros observadores de organizações importantes selecionadas, para atualizar o quadro estatístico da UE relativo às estatísticas sobre a cultura. Os Estados-Membros adotaram o quadro revisto na primavera de 2026. Com o acordo dos Estados-Membros, o Eurostat elaborou um guia atualizado das estatísticas sobre a cultura, que reflete o quadro revisto. Após a sua aplicação, esperam-se os primeiros resultados em 2026, em função do calendário e do âmbito das recolhas de dados.

Este novo quadro da UE relativo às estatísticas sobre a cultura, juntamente com a revisão das classificações oficiais pertinentes, como a NACE Rev. 2.1, permitirá ao Eurostat divulgar dados mais exatos, nomeadamente sobre o emprego nos setores cultural e criativo, para dar uma imagem mais clara deste domínio e dos seus diferentes subsectores. Com base em trabalhos anteriores, conforme enunciado na Bússola da Cultura, a Comissão desenvolverá um polo de dados culturais da UE⁵⁰ para recolher e analisar os dados culturais, acompanhar as tendências e partilhar as boas práticas.

Durante o período do plano de trabalho, muitos dos Estados-Membros comunicaram progressos no desenvolvimento de indicadores culturais e sistemas de dados.

14) Governação cultural

No início de 2026, a Presidência cipriota organizou vários «seminários em linha» com a participação de peritos, no âmbito de um processo envolvendo grupos de reflexão que permitia o cruzamento estruturado, mas informal, dos conhecimentos resultantes da prática, da investigação e da elaboração de políticas. Estas sessões começaram a explorar como poderia a governação cultural dar resposta às realidades sociais e políticas emergentes, marcadas pela transformação digital, pela incerteza geopolítica, pela transição ambiental e pelas crescentes exigências de participação democrática. Inicialmente agendada para o início de março de 2026, em Nicósia, a conferência final foi lamentavelmente cancelada pouco tempo antes devido à escalada da crise no Irão.

15) Ação climática através da cultura, incluindo as artes e o património cultural

Em 17 de setembro de 2024, realizou-se uma reunião informal com antigos membros do grupo MAC sobre o tema «Reforçar a resiliência do património cultural às alterações climáticas». A reunião propunha-se i) fazer o balanço da evolução das políticas a nível nacional em resultado das recomendações do relatório, ii) apresentar mais exemplos de boas práticas dos membros e iii) debater novas ações para apoiar a divulgação do relatório e amplificar o seu impacto.

Ao nível da UE, um resultado bastante tangível do relatório passa pelo lançamento de uma parceria europeia para um património cultural resiliente (2026), financiada pelo Horizonte Europa, uma das 20 ações emblemáticas da Bússola da Cultura. A nível internacional, a UE participa na ação climática baseada na cultura, enquanto parceiro de conhecimento do Grupo dos Amigos da Ação Climática baseada na Cultura. Inserido no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, este grupo é uma coligação de Estados-Membros das Nações Unidas, agências intergovernamentais e organizações que visa criar uma dinâmica política para reconhecer o papel fundamental da cultura na luta contra as alterações climáticas.

O Programa Europa Criativa apoiou a produção de instrumentos como o relatório intitulado «Ecologização do Programa Europa Criativa»⁵¹ e as orientações conexas sobre a avaliação da qualidade dos aspetos ecológicos nos projetos do Programa Europa Criativa (vertente Cultura)⁵².

⁵⁰ Os dados sobre o setor audiovisual continuarão a ser fornecidos pelo Observatório Europeu do Audiovisual e pelo relatório da Comissão sobre as perspetivas da indústria europeia dos meios de comunicação social.

⁵¹ [«Greening the Creative Europe Programme» \(Ecologização do Programa Europa Criativa\) – Serviço das Publicações da União Europeia](#)

As respostas dos Estados-Membros ao inquérito apontam para a aplicação de diferentes medidas sobre este tema, nomeadamente i) a integração do património cultural nas estratégias climáticas, ii) a avaliação da vulnerabilidade climática do património cultural, iii) a incorporação de critérios de sustentabilidade nas subvenções culturais públicas e iv) financiamento para evitar danos climáticos nos monumentos culturais. Outros exemplos de financiamento envolvem i) iniciativas do Novo Bauhaus Europeu que associam a participação dos cidadãos ao desenvolvimento local sustentável, ii) a incorporação do património cultural nas estratégias de resiliência às alterações climáticas, iii) uma calculadora de CO₂ para os museus e iv) participação em ações de formação, seminários e conferências internacionais sobre as alterações climáticas e a cultura.

16) Um espaço circundante de elevada qualidade para todos

Em consonância com as recomendações do grupo MAC sobre o investimento numa arquitetura e num espaço circundante de elevada qualidade para todos (2021)⁵³ e as conclusões do Conselho sobre a cultura, a arquitetura e o espaço edificado de elevada qualidade enquanto elementos fundamentais da iniciativa Novo Bauhaus Europeu (2021)⁵⁴, os diretores europeus das políticas arquitetónicas (EDAP) reuniram sob a égide de cada Presidência do Conselho. Os debates centraram-se em iniciativas destinadas a alcançar um espaço circundante de elevada qualidade para todos (incluindo os habitantes de zonas rurais e remotas, como as regiões ultraperiféricas), explorando também sinergias com a rede Novo Bauhaus Europeu.

As reuniões dos diretores europeus das políticas arquitetónicas e as conferências europeias conexas sobre políticas arquitetónicas abordaram temas como i) a execução das políticas (da política à prática), ii) a qualidade da habitação do futuro (vida de qualidade na continuidade da arquitetura), iii) restauro, renovação e reutilização adaptada do património cultural e iv) melhorias nos concursos e contratos públicos de arquitetura (qualidade dos espaços através da contratação pública). Na reunião dos diretores europeus das políticas arquitetónicas de 6 de maio de 2026, foi manifestado um amplo apoio à continuação do intercâmbio, da aprendizagem interpares e do diálogo político entre os Estados-Membros, as instituições da UE e as partes interessadas pertinentes no âmbito do próximo plano de trabalho.

Entre julho de 2023 e novembro de 2024, uma iniciativa de aprendizagem interpares financiada pelo Programa Europa Criativa apoiou os órgãos de poder local e regional no planeamento e na execução de políticas e projetos arquitetónicos de elevada qualidade. Tal facilitou os intercâmbios interpares entre municípios, regiões, países da UE e principais partes interessadas da UE, centrados em processos eficazes e nas boas práticas. Previsto na comunicação da Comissão sobre o Novo Bauhaus Europeu, este processo seguiu-se ao convite do Conselho no sentido de prever oportunidades de investigação, de reforço das capacidades e de aprendizagem interpares⁵⁵. Anunciada como uma das ações emblemáticas da Bússola da Cultura, a Comissão adotou, em dezembro de 2025, uma nova comunicação sobre o futuro do Novo Bauhaus Europeu⁵⁶ e uma proposta conexas de recomendação do Conselho⁵⁷. O Conselho adotou a recomendação em 11 de maio de 2026⁵⁸.

Tal como comunicadas no inquérito sobre o plano de trabalho, as medidas dos Estados-Membros neste domínio abrangem medidas jurídicas (como as leis que estabelecem critérios de qualidade no domínio da arquitetura), ações de financiamento (como as iniciativas de regeneração do património urbano e o apoio a projetos de desenvolvimento da arquitetura e do *design*) e atividades educativas e especializadas.

⁵² [«Quality assessment of green aspects in Creative Europe projects \(Culture strand\) – Culture and Creativity» \[Avaliação da qualidade dos aspetos ecológicos nos projetos do Programa Europa Criativa \(vertente Cultura\) – Cultura e Criatividade\]](#)

⁵³ [«Towards a shared culture of architecture – Report» \(Rumo a uma cultura comum da arquitetura – Relatório\)](#)

⁵⁴ [«New European Bauhaus: beautiful, sustainable, together» \(Novo Bauhaus Europeu: beleza, sustentabilidade, inclusividade\)](#)

⁵⁵ [Conclusões do Conselho sobre a cultura, a arquitetura e o espaço edificado de elevada qualidade enquanto elementos fundamentais da iniciativa Novo Bauhaus Europeu](#)

⁵⁶ [Comunicação sobre o Novo Bauhaus Europeu – Novo Bauhaus Europeu](#)

⁵⁷ [Proposta de recomendação do Conselho sobre o Novo Bauhaus Europeu](#)

⁵⁸ [Recomendação do Conselho sobre o Novo Bauhaus Europeu](#)

17) Proteger o património contra catástrofes naturais e de origem humana

As crises recorrentes, desde os conflitos armados às catástrofes naturais, sublinharam a necessidade de intensificar os esforços internacionais no sentido de proteger, restaurar e preservar o património cultural dos países.

Desde 2019 que a Comissão financia os projetos PROCULTHER («Proteger o património cultural das consequências das catástrofes») para apoiar o desenvolvimento de doutrinas pan-europeias, em especial no âmbito do Mecanismo de Proteção Civil da União (MPCU)⁵⁹. A iniciativa liderou a criação de um módulo de proteção do património cultural na Reserva Europeia de Proteção Civil⁶⁰, integrou a proteção do património cultural nos exercícios da UE e desenvolveu uma metodologia para combinar a gestão dos riscos de catástrofe com a proteção do património cultural, nomeadamente através de uma abordagem que envolva toda a sociedade⁶¹.

A título complementar, o projeto «Reforço das capacidades da Ucrânia em matéria de ajuda de emergência e planeamento da recuperação do património cultural» financiado pela UE (concluído em setembro de 2024 e executado pelo ICCROM)⁶² formou 23 profissionais do património de 11 *oblasts* (incluindo cinco regiões da linha da frente) para criar a primeira equipa nacional ucraniana de socorristas culturais. A equipa está agora equipada para avaliar, atenuar e reduzir os riscos de catástrofes e conflitos para todos os tipos de património e apta a recuperar e proteger o inestimável património nacional no contexto da guerra de agressão em curso da Rússia contra a Ucrânia.

Outro projeto, intitulado «Proteger o património cultural contra catástrofes, eventos meteorológicos extremos e emergências complexas» (2024-2027)⁶³, consiste numa iniciativa de desenvolvimento de capacidades em cascata destinada a reforçar a atenuação dos riscos de catástrofes e a preparação para situações de emergência em sítios e instituições do património. Em 2025, foi concluída com êxito uma primeira ronda de sessões de formação, que combinou sessões em linha e presenciais, seguidas, no início de 2026, de projetos no terreno nos países de origem dos participantes.

Organizada sob a Presidência polaca, em 3 e 4 de abril de 2025, em Cracóvia, a conferência «Património cultural seguro – Desafios europeus em tempos de guerra e de crise» salientou igualmente a importância de, à luz dos riscos crescentes, proteger o património, quer física quer digitalmente.

A nível nacional, os Estados-Membros elaboraram estratégias e planos nacionais de prevenção de riscos de catástrofe, metodologias de avaliação de danos e pedidos de registo e avaliação de danos no património cultural. O financiamento foi orientado para intervenções, a elaboração de orientações e a monitorização das vulnerabilidades climáticas que afetam o património cultural. As propostas incluem uma solução pan-europeia para a preservação digital do património cultural a longo prazo, com um grupo de trabalho encarregado de efetuar o levantamento dos conjuntos de dados do património e dos requisitos transfronteiriços.

18) Troca de informações entre os profissionais do património cultural e as autoridades competentes em matéria de bens culturais sobre a luta contra o tráfico de bens culturais

Na sequência do «Plano de Ação da UE para Combater o Tráfico de Bens Culturais», de dezembro de 2022⁶⁴, a Comissão criou, em dezembro de 2023, um subgrupo de peritos sobre o mercado da arte⁶⁵

⁵⁹ Através do MPCU, a Comissão pode enviar missões consultivas para apresentar recomendações sobre a proteção do património cultural em tempos de crise. A pedido, pode também apoiar a evacuação do património cultural móvel em risco. Além disso, o MPCU está a criar um grupo de peritos com conhecimentos especializados em matéria de proteção do património cultural.

⁶⁰ Reserva Europeia de Proteção Civil - Proteção Civil e Operações de Ajuda Humanitária Europeias

⁶¹ PROCULTHER-4ALL | Rede Europeia de Conhecimentos sobre Proteção Civil.

⁶² [Reforço das capacidades da Ucrânia em matéria de ajuda de emergência e planeamento da recuperação do património cultural – ICCROM](#)

⁶³ [Programa READY – Via 1: Proteção de coleções de património, tradições vivas e práticas perante catástrofes, eventos meteorológicos extremos e emergências complexas – ICCROM](#)

⁶⁴ [COM/2022/800 final](#)

⁶⁵ [Subgrupo sobre Mercado da Arte - Registo dos grupos de peritos da Comissão e outras entidades semelhantes](#)

para facilitar o intercâmbio de informações e os debates sobre legislação, programas e políticas relacionados com a proteção e o comércio de bens culturais no mercado único, bem como para promover a partilha de boas práticas. O subgrupo realizou a sua quarta reunião em 29 de janeiro de 2026, em Bruxelas.

Além disso, por intermédio do programa Horizonte Europa, a Comissão financiou muitos projetos diferentes de luta contra o tráfico ilícito de bens culturais, nomeadamente o RITHMS⁶⁶, um projeto de investigação e inovação destinado a reforçar a capacidade operacional das autoridades policiais, aduaneiras e fronteiriças para combater a natureza organizada e multifacetada do crime de tráfico de bens culturais. O projeto foi apresentado em 4 de dezembro de 2024, em Bruxelas, num evento sobre políticas futuras e boas práticas intitulado «Depois do restauro: o papel dos restauradores e conservadores no apoio à aplicação da lei na luta contra o tráfico ilícito de bens culturais»⁶⁷. O evento analisou como podem os restauradores contribuir ativamente para combater este tipo de criminalidade. Incluiu debates com painéis de peritos, um seminário prático e debates sobre as respostas aos complexos desafios enfrentados pelos restauradores e conservadores no seu trabalho.

Em 1 e 2 de junho de 2026, na sua reunião informal em Nicósia, Chipre, os ministros da Cultura da UE reconheceram o potencial das novas tecnologias, designadamente da IA, para intensificar os esforços no combate ao tráfico de bens culturais, em especial no que diz respeito à rastreabilidade e ao dever de diligência, e confirmaram a importância de um empenho e cooperação contínuos entre os Estados-Membros, nomeadamente no âmbito das normas e dos quadros regulamentares internacionais e da UE.

As respostas dos Estados-Membros ao inquérito realizado na elaboração do presente relatório salientaram a ligação em rede, a sensibilização e a cooperação entre as autoridades policiais, as alfândegas e os ministérios. Confirmaram a plena aplicação dos regulamentos da UE relativos à introdução e à importação de bens culturais [Regulamento (UE) 2019/880 e Regulamento de Execução (UE) 2021/1079 da Comissão]. Referiram igualmente casos específicos de colaboração interinstitucional que resultaram na restituição de bens roubados. Alguns Estados-Membros comunicaram que tinham assinado acordos bilaterais sobre o intercâmbio de informações, a formação conjunta de unidades policiais e a utilização de ferramentas digitais para melhorar a rastreabilidade e as notificações intra-UE. Neste período, as atividades de formação incluíram a formação ministrada pelo Grupo de Missão para a Criminalidade contra o Património da OSCE, seminários nacionais dirigidos a agentes policiais e funcionários aduaneiros e um seminário da UNESCO sobre o reforço de capacidades, em Varsóvia e Quixinau, centrado no combate ao tráfico ilícito de bens culturais ucranianos.

4.4. Prioridade d) Cultura para parcerias cocriativas: reforçar a dimensão cultural das relações externas da UE

19) Governação da abordagem estratégica da UE no domínio das relações culturais internacionais e do respetivo quadro de ação

O papel da cultura e das relações culturais internacionais (RCI) enquanto ativo estratégico para a influência da Europa a nível mundial teve um maior reconhecimento. A Comissão e os Estados-Membros realizaram uma série de atividades no âmbito do plano de trabalho. Peritos dos ministérios da Cultura e dos ministérios responsáveis pelas relações externas colaboraram estreitamente no âmbito do MAC. Os trabalhos tiveram início em maio de 2023 e reuniram cerca de 33 peritos de 23 Estados-Membros da UE, com contributos de oradores convidados internos e externos. O grupo MAC reuniu nove vezes e, copresidido pela Eslovénia e pelo Luxemburgo, elaborou um relatório exaustivo com recomendações para melhorar a governação das RCI da UE.

O presente relatório apresenta uma panorâmica do estado atual das relações culturais internacionais da UE, abrange os principais debates e contributos e formula 65 recomendações. Várias delas centram-se no reforço da Reunião de Altos Funcionários (SOM) sobre Relações Culturais Internacionais, o único

⁶⁶ [Projeto RITHMS](#)

⁶⁷ [«Beyond Restoration: RITHMS policies and best practices» \(Depois do restauro: políticas e boas práticas do projeto RITHMS\)](#)

fórum ao nível da UE que permite a reunião de funcionários de alto nível provenientes dos ministérios da Cultura e dos ministérios responsáveis pelas relações externas. Mais concretamente, as recomendações visam melhorar a continuidade e o alinhamento da Reunião de Altos Funcionários com as prioridades estratégicas mais vastas. Estas recomendações deverão contribuir para a revisão da estratégia da UE para as RCI, prevista para o quarto trimestre de 2027, no âmbito da Bússola da Cultura. Além disso, fornecem orientações práticas para reforçar a diplomacia cultural da UE e aumentar o seu impacto internacional, em especial no ambiente geopolítico atual, caracterizado pela volatilidade, pela rápida evolução dos acontecimentos e pelas tensões.

20) Preservar o património cultural e capacitar os SCC locais na Ucrânia

Tendo em conta a guerra de agressão em curso da Rússia contra a Ucrânia, a Comissão criou um subgrupo de peritos sobre a «Salvaguarda do património cultural na Ucrânia». Composto por 26 peritos internacionais, dos quais seis da Ucrânia, o subgrupo prestou informações ao Grupo de Peritos sobre o Património Cultural (criado em 2019, na sequência do Ano Europeu do Património Cultural de 2018). Entre junho de 2023 e dezembro de 2024, o grupo reuniu cinco vezes. Publicadas, em novembro de 2024, em inglês e ucraniano⁶⁸, as recomendações incidem sobre quatro domínios prioritários: i) reconhecimento do património cultural, ii) gestão dos riscos, iii) documentação, acompanhamento e recolha de dados, e iv) recuperação do património cultural. A participação de alto nível das autoridades ucranianas, com a presença de representantes ministeriais adjuntos na quarta e na quinta reuniões, assegurou um sentido de apropriação nacional.

Com base num levantamento de 2022 dos intervenientes culturais e das suas necessidades, realizado após a invasão em larga escala da Ucrânia e a designação da Ucrânia como país candidato oficial à adesão à UE, a Plataforma de Relações Culturais organizou (a pedido da Comissão) atividades em 2024. Em consonância com o Plano de Trabalho da UE para a Cultura, a Comissão lançou, em janeiro de 2024, uma atividade de projeto específica para avaliar a situação dos setores cultural e criativo na Ucrânia, com um enfoque especial na integração na UE e no seu potencial contributo para a recuperação da Ucrânia, no contexto da guerra de agressão em curso da Rússia contra este país.

Desde o início desta guerra que o Programa Europa Criativa presta um apoio substancial à Ucrânia. No âmbito da sua vertente Cultura, foram lançados dois convites especiais – de cinco milhões de EUR em 2022 e de sete milhões de EUR em 2025 – para apoiar as organizações e profissionais da cultura e da criação e os artistas ucranianos na luta contra os efeitos, atuais e futuros, da guerra de agressão da Rússia, bem como a preservação do património e o desempenho artístico, dentro e fora da Ucrânia, em cooperação com organizações de outros países do Programa Europa Criativa. Além destes convites à apresentação de propostas, desde 2022, as organizações ucranianas garantiram 7,64 milhões de EUR através de outras ações do Programa Europa Criativa, nomeadamente os projetos de cooperação europeia e o programa «Circulação de obras literárias europeias». Adicionalmente, o programa A Cultura Move a Europa (2022-2025) concedeu mais de 700 mil EUR em subvenções de mobilidade a mais de 360 artistas e profissionais da cultura ucranianos.

Todos os Estados-Membros empreenderam várias iniciativas de apoio à preservação do património cultural da Ucrânia, principalmente com financiamento, mas também com cooperação técnica. Com base nestes esforços, na Conferência sobre a Recuperação da Ucrânia, em julho de 2025, a Comissão lançou a abordagem Equipa Europa para o património cultural na Ucrânia. A abordagem Equipa Europa engloba agora 76 ações de 24 Estados-Membros⁶⁹ e da Comissão, bem como compromissos assumidos pelos Estados-Membros para com o Fundo do Património Cultural Ucraniano. Desenvolvido pela Aliph, a pedido da Ucrânia, em 2025, o processo recebeu apoio técnico da Comissão, nomeadamente através dos «Casos de estudo sobre os fundos do património cultural na Europa», publicados em maio de 2025⁷⁰.

⁶⁸ [Recomendações do grupo de peritos liderado pela Comissão Europeia sobre a salvaguarda do património cultural na Ucrânia - Serviço das Publicações da União Europeia](#)

⁶⁹ AT, BE, CY, CZ, DE, DK, EE, EL, ES, FI, FR, HR, IE, IT, LT, LV, MT, NL, PL, PT, RO, SI, SK e SE.

⁷⁰ Comissão Europeia: Direção-Geral da Educação, da Juventude, do Desporto e da Cultura e Rede Europeia de Peritos em matéria de Cultura, *Case studies on cultural heritage funds in Europe* (Casos de estudo sobre os fundos do património cultural na Europa), Serviço das Publicações da União Europeia, 2025, <https://data.europa.eu/doi/10.2766/1231060>

21) O papel da cultura e dos profissionais da cultura na promoção e defesa da democracia e dos direitos humanos em contextos frágeis

As conclusões do Conselho sobre uma abordagem estratégica da UE e um quadro de ação no domínio das relações culturais internacionais (adotadas pelo Conselho dos Negócios Estrangeiros em 8 de abril de 2019)⁷¹ reconhecem a necessidade de uma abordagem transversal da cultura, visando simultaneamente reforçar a eficácia e o impacto da política externa da UE através da integração das relações culturais internacionais nos seus instrumentos. Solicitam uma melhor coordenação das políticas entre as direções-gerais da Comissão, os Estados-Membros e as organizações culturais, nomeadamente o desenvolvimento conjunto de estratégias locais por parte das delegações da UE, dos Estados-Membros da UE e da Comissão. A cooperação cultural continuou a promover valores comuns e a diversidade cultural única da Europa enquanto pedra angular da influência da UE no mundo em termos de parcerias justas, equitativas e a longo prazo.

A pedido do Serviço Europeu para a Ação Externa, em junho de 2024, a Plataforma de Relações Culturais organizou, em Bruxelas, o evento «Unidade na diversidade cultural: seminário sobre a liberdade artística, os direitos humanos e o papel das relações culturais internacionais na Europa e no resto do mundo». Quinze oradores das instituições da UE e representantes dos Estados-Membros e da sociedade civil debateram a importância do apoio à liberdade artística nos espaços em retração, como tirar partido da diversidade cultural em prol do diálogo e da resiliência, o impacto da dinâmica política nas relações culturais internacionais, os contextos frágeis e a execução de projetos.

O evento da Presidência eslovena intitulado «Future Unlocked!» (Futuro desbloqueado!) debateu os setores culturais e criativos enquanto agentes de mudança. Organizado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, o evento combinou a Conferência de Alto Nível sobre Cultura no domínio das Relações Externas, o «Creative Forum» em Liubliana, a Cimeira Europeia das Indústrias Criativas e uma reunião de altos funcionários sobre as relações culturais internacionais. O âmbito geográfico incluiu igualmente os Balcãs Ocidentais, o Sul do Mediterrâneo e África.

Os Estados-Membros abordaram esta questão principalmente com iniciativas financiadas, nomeadamente com o financiamento de projetos de ONG culturais envolvendo artistas exilados da Rússia e da Bielorrússia, subvenções a artistas ucranianos e programas de conselhos das artes para promoção da liberdade artística, do empreendedorismo cultural e da inclusão social em contextos frágeis, entre outras.

5. PERSPETIVAS PARA O FUTURO: O PRÓXIMO PLANO DE TRABALHO PARA A CULTURA

Neste panorama (geo)político e mundial em rápida mutação, a cultura emergiu como uma força estratégica para uma Europa democrática, resiliente e competitiva, enraizada nos nossos valores comuns, na liberdade artística e nos direitos fundamentais. Todavia, os setores cultural e criativo enfrentam desafios prementes, como a IA e a perturbação digital, a instabilidade económica e a dinâmica social. A Europa deve capacitá-los para se adaptarem, inovarem e prosperarem, assegurando assim a sua preparação para o futuro.

Esta visão integra a **Bússola da Cultura para a Europa de 2025**, por meio da qual a Comissão estabeleceu um quadro estratégico ambicioso da UE para a elaboração de políticas. A Bússola define orientações fundamentais para apoiar e reforçar os setores cultural e criativo e integrar a cultura nas várias políticas. Apoiada por ações emblemáticas concretas, muitas das quais já em curso, a Bússola constitui uma base para a ambição política a longo prazo.

Com base nisso e também nas realizações dos planos de trabalho para a cultura, a **Declaração Comum «A Europa pela Cultura – A Cultura pela Europa» de 2026**⁷² representa um acordo político tripartido entre o Parlamento Europeu, o Conselho da UE e a Comissão. Consagra compromissos comuns e princípios orientadores para os domínios prioritários da cooperação ao nível

⁷¹ [Conclusões do Conselho sobre uma abordagem estratégica da UE e um quadro de ação no domínio das relações culturais internacionais](#)

⁷² Assinado em 18 de junho de 2026. OJ C/2026/3440, 25.6. 2026, [EUR-Lex - C_202603440 - PT - EUR-Lex](#).

da UE em matéria de cultura, respeitando plenamente as competências dos Estados-Membros. Aprovada pelas três instituições, esta declaração reforça a orientação estratégica definida pela Bússola e proporciona um ponto de referência comum para o futuro.

O próximo **plano de trabalho plurianual para a cultura pós-2026** oferece agora a grande oportunidade de traduzir esta visão coletiva e este consenso político em ações específicas, com impacto e calendarizadas. Dado o seu estreito alinhamento com a nova base estratégica proporcionada pela Bússola e pela Declaração Comum, o plano de trabalho pode reforçar ainda mais a coerência das políticas e promover a complementaridade com as iniciativas existentes ou previstas. Centrado nos **temas mais prementes e em ações concretas**, o plano de trabalho pode fomentar uma colaboração eficaz em matéria de cultura entre os Estados-Membros, ao nível da UE.

Este ponto de vista é corroborado pelos resultados do inquérito. Vários Estados-Membros frisaram a necessidade de um plano de trabalho coerente, complementar e estruturado de forma eficiente, que tire partido das realizações anteriores. Por conseguinte, a Comissão recomenda **uma abordagem mais concentrada e orientada para a ação** para o próximo ciclo, evitando um número excessivo de temas para não sobrecarregar a agenda e assegurar uma execução viável por parte dos Estados-Membros e da Comissão. Os métodos de trabalho devem ser cuidadosamente calibrados em função do tema e do objetivo em causa, reduzindo ao mínimo os encargos administrativos. Os Estados-Membros manifestaram a mesma preocupação e salientaram a necessidade de concentração e eficiência.

Os **temas que os Estados-Membros consideram mais pertinentes para o futuro plano de trabalho** estão largamente alinhados com as prioridades da Bússola da Cultura e da Declaração Comum. As respostas manifestaram também a preferência pela continuidade, sem deixar de adaptar a tónica para dar conta dos desafios contemporâneos. As prioridades principais do próximo plano de trabalho, que foram também articuladas pelos ministros da Cultura no seu debate de orientação no Conselho EJCD de 12 de maio de 2026, podem resumir-se nas seguintes:

- **a IA e os setores culturais e criativos**, tendo em conta o papel da IA no reforço da competitividade europeia, a necessidade de equilibrar a adoção das tecnologias com a preservação da diversidade cultural e linguística e os direitos dos criadores, bem como as implicações éticas, jurídicas e de transparência da IA para a cultura. Neste contexto, a Comissão está a elaborar uma estratégia específica para a IA, com adoção prevista para 2027. O próximo plano de trabalho constitui uma oportunidade para incluir ações complementares destinadas a facilitar os intercâmbios sobre iniciativas nacionais, bem como atividades específicas destinadas a dar seguimento às recomendações que o estudo sobre a facilidade de descoberta de conteúdos culturais europeus diversificados no ambiente digital dirige aos Estados-Membros,
- **a preparação para crises, a segurança e a resiliência na e através da cultura**, incluindo a consolidação da paz e a proteção e salvaguarda do património cultural, são cada vez mais fundamentais. A premência deste tema é acentuada pela instabilidade geopolítica e pelos conflitos emergentes, pelas alterações climáticas e pelos eventos meteorológicos extremos. Conforme atesta o trabalho político em curso no âmbito da Estratégia para uma União da Preparação⁷³, que identifica o património cultural como uma das 19 funções societárias vitais, é necessário desenvolver e reforçar mecanismos de coordenação *ad hoc* a nível local, regional e da UE, a par de uma ampla educação e sensibilização da sociedade civil. Para promover estes objetivos, a Comissão considera que o próximo plano de trabalho gera um valor acrescentado significativo ao colocar a tónica na preparação para os riscos associados ao património cultural, complementando os esforços dos Estados-Membros com uma maior coordenação e partilha de conhecimentos especializados, nomeadamente tirando partido dos ensinamentos retirados de contextos de conflito e de crise, em particular na Ucrânia. Entretanto, a cultura continua a ser essencial para promover a coesão social e a resiliência, em especial na resposta aos desafios mundiais. Os meios digitais, como a preservação digital e a digitalização tridimensional, podem desempenhar um papel importante, ao passo que o intercâmbio intergeracional pode contribuir para salvaguardar o património imaterial e o artesanato tradicional,

⁷³ [JOIN\(2025\) 130 final](#)

- **o acesso à cultura e ao património cultural** continua a ser crucial, em especial nos territórios mal servidos, para as pessoas com deficiência e para as comunidades desfavorecidas ou marginalizadas. Garantir esse acesso passa por reforçar a participação cultural e tirar partido das infraestruturas culturais, como bibliotecas, museus e centros culturais, enquanto espaços de proximidade para a participação e motores do desenvolvimento local, regional e territorial. A importância bem documentada do acesso à cultura para a participação democrática, bem como para o bem-estar individual e social, faz com que o tema continue a ocupar um lugar no topo da agenda. Neste contexto, a Comissão apresentará, até 2028, uma proposta de orientações da UE sobre a cultura ao serviço da saúde e do bem-estar. Este processo exigirá um forte empenho e colaboração entre os Estados-Membros. O próximo plano de trabalho poderá dar um contributo significativo para este objetivo. Além disso, a fim de melhorar o acesso dos jovens à cultura e ao património, há margem para partilhar boas práticas e enfrentar os desafios entre os Estados-Membros relacionados com os programas de passes culturais executados a nível nacional, regional, local ou transfronteiriço,
- **o investimento estratégico na cultura e a existência de instrumentos de financiamento inovadores** são essenciais para expandir a base de recursos dos setores cultural e criativo e libertar o potencial da cultura para enfrentar os desafios atuais e futuros. Poderiam ser mais explorados e desenvolvidos instrumentos como o financiamento misto, as parcerias público-privadas, a filantropia e os incentivos fiscais. No âmbito do próximo plano de trabalho, a futura cooperação ao nível da UE poderá desempenhar um papel essencial no fornecimento de orientações, na partilha de conhecimentos e no intercâmbio de boas práticas, em especial tendo em conta os diferentes modelos e experiências de financiamento nacionais. Este intercâmbio poderá também abranger os ensinamentos retirados da utilização do Mecanismo de Recuperação e Resiliência e do apoio da política de coesão (incluindo o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) à cultura, nomeadamente com vista a inspirar eventuais investimentos culturais futuros ao abrigo dos planos de parceria nacionais e regionais propostos,
- **a salvaguarda da liberdade artística** ganhou destaque no debate ao nível da UE, sendo crescente o consenso sobre o seu papel fundamental em sociedades democráticas e abertas. Este aspeto reflete-se nos trabalhos do Conselho sobre o papel da cultura na resiliência democrática, no âmbito do atual plano de trabalho. Na UE, é uma responsabilidade coletiva proteger a liberdade dos artistas e dos trabalhadores do setor cultural para criarem sem censura ou intimidação e exprimirem os seus pontos de vista sobre questões de interesse público. O próximo plano de trabalho constitui uma oportunidade para tirar partido destes progressos, promovendo a liberdade artística enquanto pedra angular das nossas democracias e como condição de trabalho fundamental para a existência de um panorama cultural próspero e diversificado,
- **a melhoria das condições de trabalho** dos artistas e dos profissionais da cultura, a par da liberdade de expressão artística, continua a ser uma prioridade fundamental a prosseguir e desenvolver no próximo plano de trabalho. Tal permitiria tirar partido dos resultados já alcançados e integrar as informações obtidas nos trabalhos em curso no âmbito da Bússola da Cultura, nomeadamente o próximo relatório sobre o estado da cultura e a Carta dos Artistas da UE,
- **as relações culturais internacionais da UE** continuam a representar um domínio fundamental para o trabalho ao nível da UE, com margem para promover a coerência, o alinhamento estratégico e a aplicação eficaz da cooperação cultural com os países parceiros. Tal como salientado pelo recente método aberto de coordenação sobre o tema, são necessárias prioridades geográficas e temáticas mais claras para evitar abordagens fragmentadas entre instrumentos e projetos. Para o próximo plano de trabalho, um primeiro passo poderia passar por levar a cabo um estudo exaustivo ou um levantamento dos acordos de associação e parceria em vigor, centrado nas respetivas cláusulas culturais, e por melhorar os mecanismos de partilha de informações com os Estados-Membros. Tal permitiria um maior alinhamento estratégico em negociações futuras, assegurando que as disposições culturais reflitam tanto os

objetivos da UE como as realidades do empenho dos Estados-Membros nos países parceiros, reforçando simultaneamente o impacto dessas disposições no pleno respeito pelo princípio da subsidiariedade. Além disso, a Comissão apoia a recomendação do grupo do método aberto de coordenação no sentido de melhorar a continuidade das reuniões de altos funcionários e o alinhamento das mesmas com as prioridades estratégicas mais vastas.

À luz do acima exposto, o próximo plano de trabalho poderá **consolidar os progressos e reforçar as vertentes de trabalho em curso, abordando ao mesmo tempo as prioridades emergentes de forma flexível** e evitando a dispersão ou duplicação de esforços. Em estreita colaboração, os Estados-Membros e a Comissão podem transformar as prioridades comuns em resultados de políticas tangíveis e duradouros, tanto ao nível da UE como a nível nacional.

ANEXO: Inquérito sobre a execução do Plano de Trabalho para a Cultura 2023-2026 — Análise das respostas dos Estados-Membros da UE

ANEXO

Inquérito sobre a execução do Plano de Trabalho da UE para a Cultura 2023-2026

Metodologia

Entre 3 de fevereiro de 2026 e 19 de março de 2026, teve lugar um inquérito específico junto dos Estados-Membros da UE sobre a execução do Plano de Trabalho da UE para a Cultura 2023-2026. O inquérito foi distribuído aos 27 Estados-Membros da UE, tendo sido recebidas 26 respostas. O questionário foi concebido para recolher dados quantitativos e qualitativos sobre a avaliação pelos Estados-Membros do atual plano de trabalho, da sua execução, do seu contributo para a elaboração de políticas a nível nacional, da adequação dos seus métodos de trabalho e das prioridades de um eventual próximo plano de trabalho, à luz da Bússola da Cultura para a Europa e do projeto de declaração comum «A Europa pela Cultura – A Cultura pela Europa».

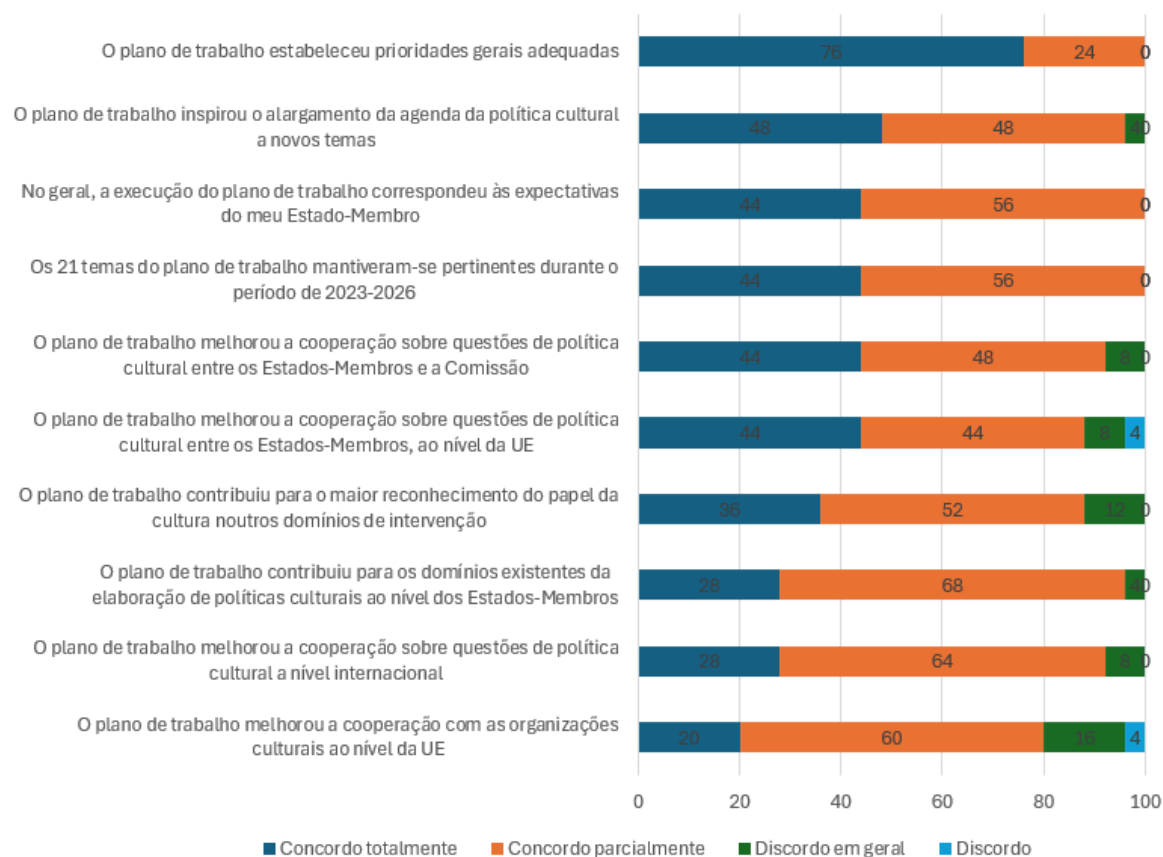
O questionário combinava perguntas fechadas com perguntas de resposta livre. Incluía perguntas de classificação em escalas de quatro pontos, perguntas de resposta «sim» ou «não», perguntas de escolha múltipla e campos de texto livre onde os Estados-Membros podiam explicar as classificações, dar exemplos e definir prioridades de forma mais pormenorizada. O inquérito cobriu cinco grandes domínios: i) a avaliação global da pertinência e da execução do plano de trabalho, ii) o seu contributo para a elaboração de políticas nos Estados-Membros com incidência nos 21 temas e ações, iii) a avaliação dos métodos de trabalho, incluindo o método aberto de coordenação (MAC), a divulgação e as modalidades de trabalho, iv) reflexões sobre as prioridades do próximo plano de trabalho, incluindo as prioridades temáticas e as eventuais prioridades setoriais, e v) as observações finais.

A análise combinou uma análise descritiva das respostas quantitativas com uma avaliação temática do material qualitativo. As respostas a perguntas fechadas foram agregadas para identificar padrões gerais nas avaliações e preferências dos Estados-Membros. As respostas livres foram analisadas para identificar temas recorrentes, exemplos ilustrativos e explicações de classificações ou prioridades. O presente anexo apresenta os valores obtidos com base nos dados do inquérito.

As conclusões preliminares da análise do inquérito foram apresentadas ao Comité dos Assuntos Culturais, em 27 de março de 2026, em Bruxelas, no qual os Estados-Membros tiveram a oportunidade de apresentar observações sobre resultados iniciais. Estas observações contribuíram para aperfeiçoar a análise apresentada no presente relatório.

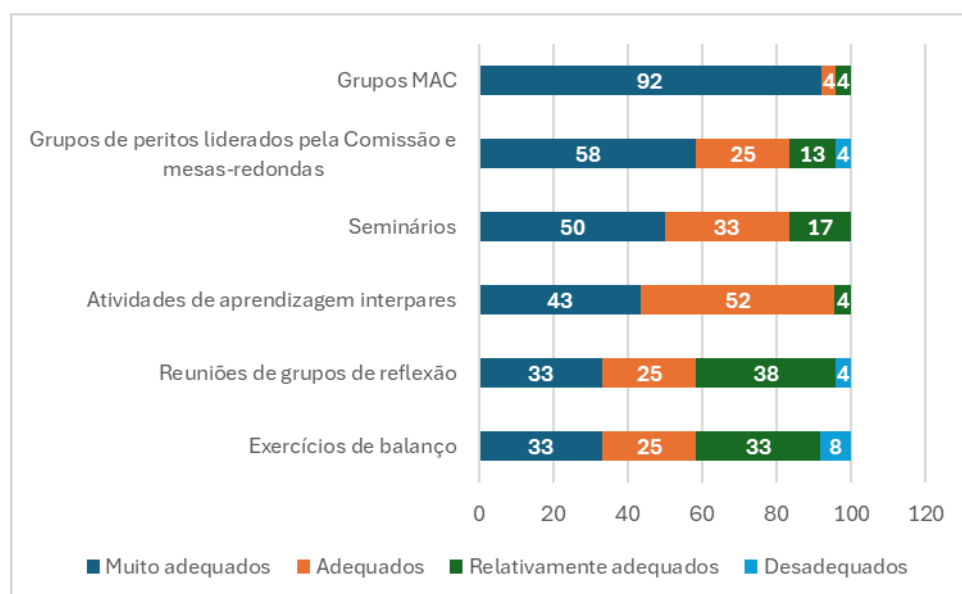
Análise das respostas dos Estados-Membros da UE

Gráfico 1: Avaliação global do Plano de Trabalho da UE para a Cultura 2023-2026 e da sua execução (classificação dos Estados-Membros das seguintes afirmações) (%)



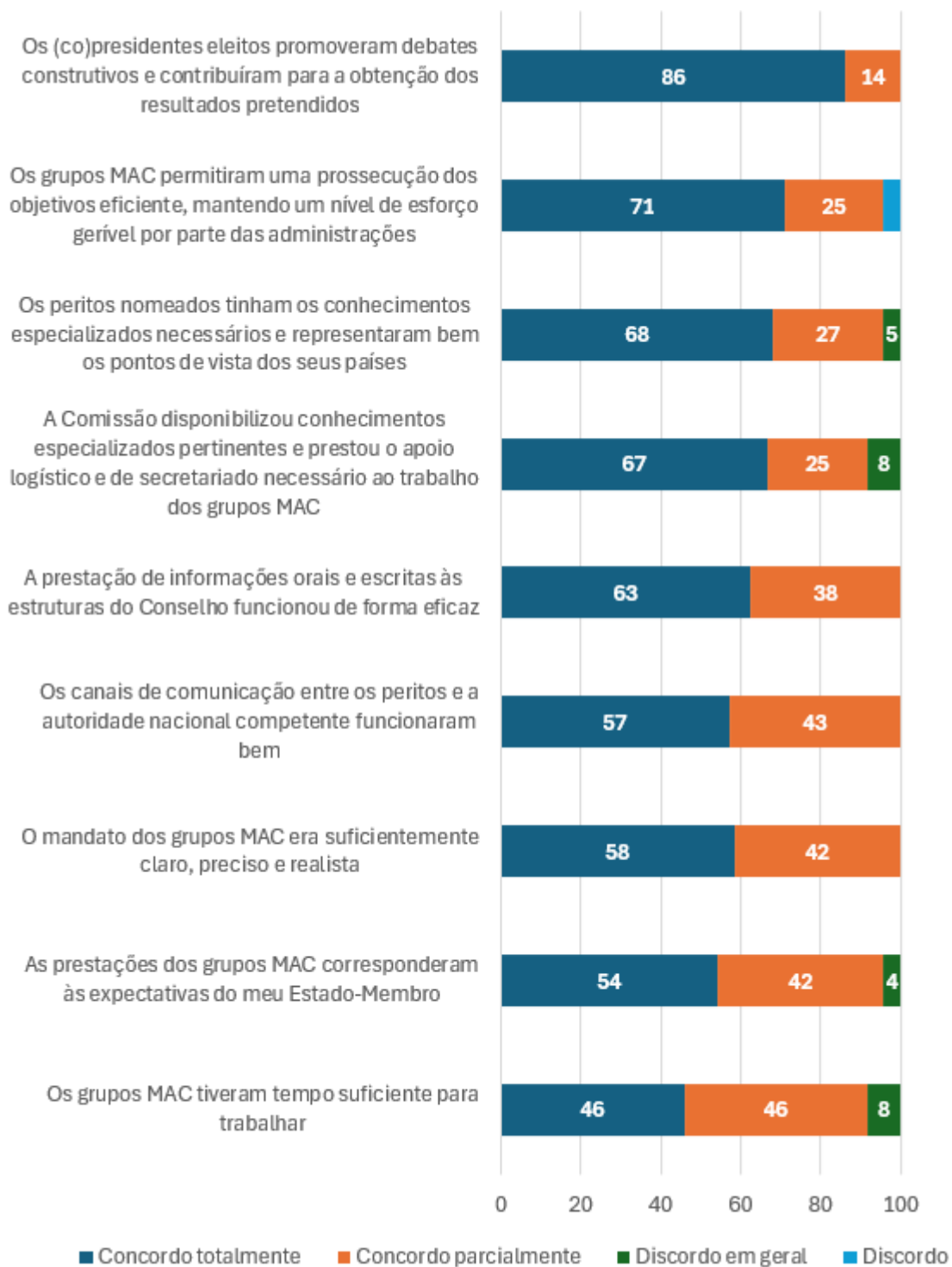
Fonte: Inquérito aos Estados-Membros sobre o Plano de Trabalho da UE para a Cultura 2023-2026, dados compilados pela Panteia, 2026

Gráfico 2: Em que medida considera os métodos de trabalho seguintes adequados para concretizar as ambições do plano de trabalho? (%)



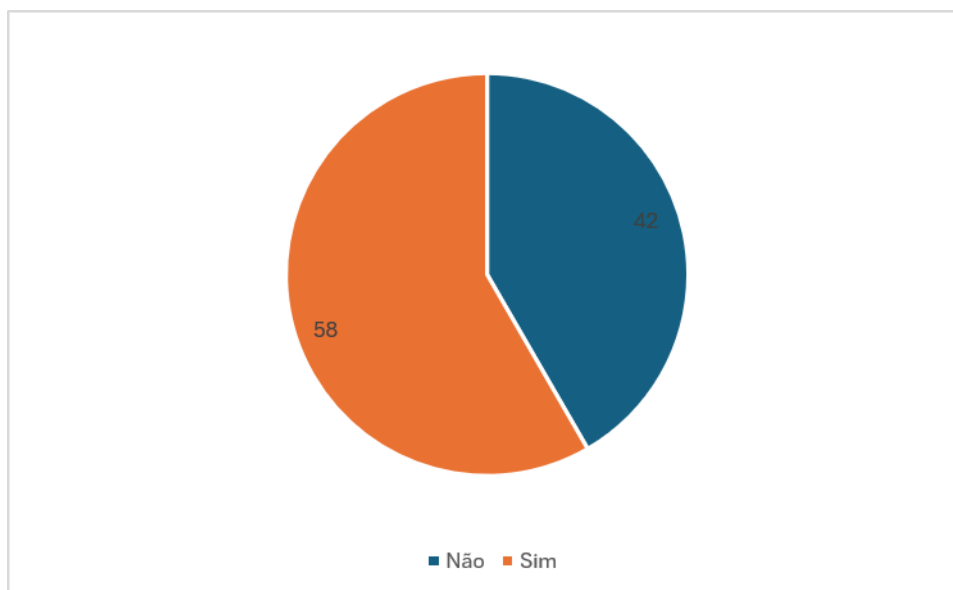
Fonte: Inquérito aos Estados-Membros sobre o Plano de Trabalho da UE para a Cultura 2023-2026, dados compilados pela Panteia, 2026

Gráfico 3: Como classifica as seguintes afirmações sobre as modalidades de trabalho e os aspetos de desempenho relativos aos grupos do método aberto de coordenação (MAC)? (%)



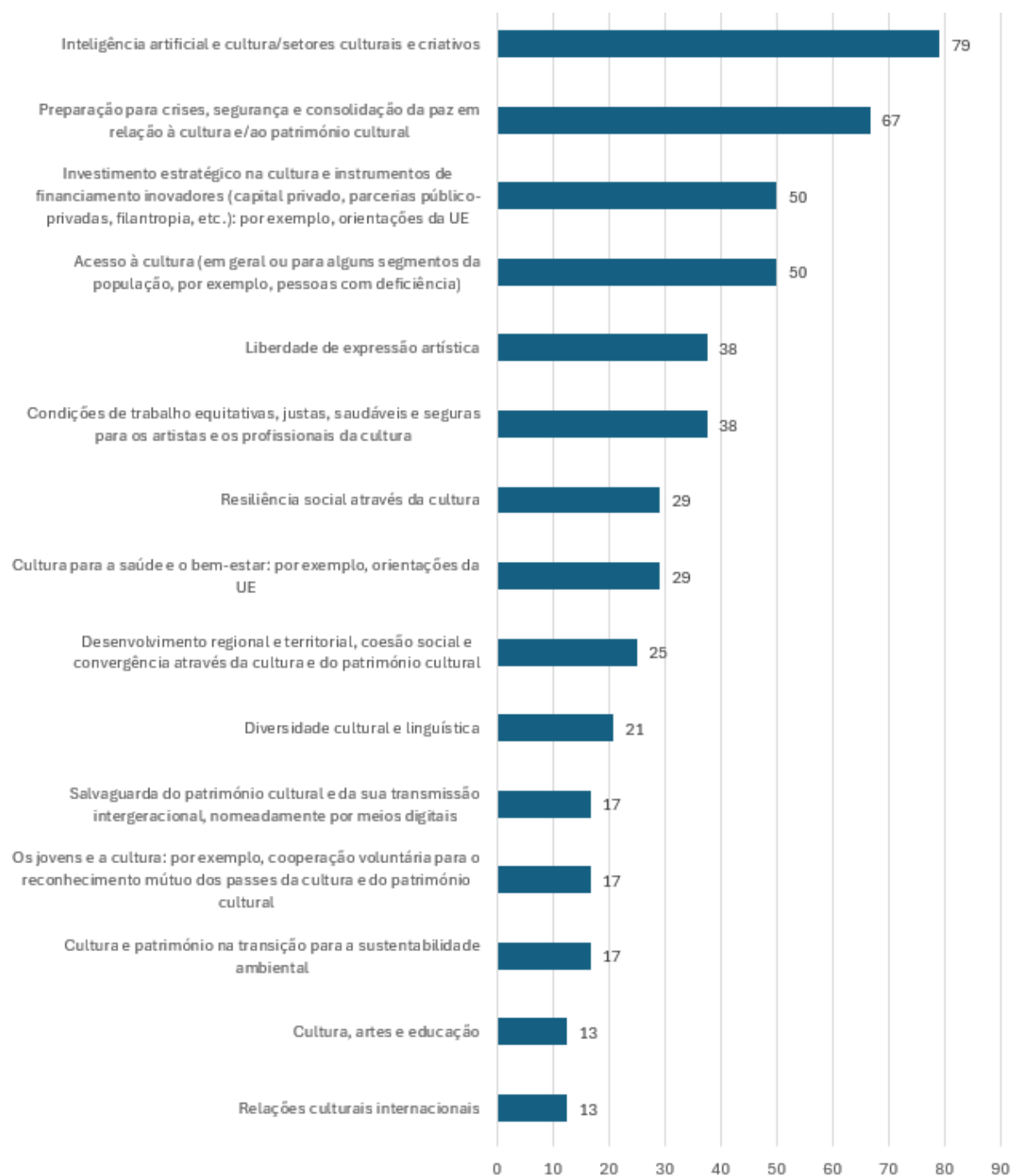
Fonte: Inquérito aos Estados-Membros sobre o Plano de Trabalho da UE para a Cultura 2023-2026, dados compilados pela Panteia, 2026

Gráfico 44: Considera que o próximo plano de trabalho da UE deve introduzir debates sobre setores culturais e criativos específicos? (%)



Fonte: Inquérito aos Estados-Membros sobre o Plano de Trabalho da UE para a Cultura 2023-2026, dados compilados pela Panteia, 2026

Gráfico 55: A que temas daria prioridade no próximo plano de trabalho?* (% seleccionada)



(*) Nota: Os Estados-Membros podem seleccionar até cinco temas prioritários.

Fonte: Inquérito aos Estados-Membros sobre o Plano de Trabalho da UE para a Cultura 2023-2026, dados compilados pela Panteia, 2026